



2020.02.14

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL****ATA Nº 13 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAROUCA DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020**

Aos catorze dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte, nesta Cidade de Tarouca, e salão nobre dos Paços do Município, pelas catorze horas e quarenta e cinco minutos, teve lugar uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Tarouca, sob a presidência do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Rui Manuel da Costa Pereira, coadjuvado pelos membros Anabela de Sousa Campos Santos Carvalho e Carlos Alberto dos Santos Assunção Teixeira, primeiro e segundo secretários, respetivamente.

Estiveram ainda presentes para além dos supramencionados, os seguintes membros:

**- Membros eleitos diretamente:**

- José António Amaro Nunes; João Miguel Oliveira Sarmento; Sara Maria Paiva da Guia; Liliana Luísa Dias Monteiro; Manuel Leite dos Santos; Tiago José Gomes Ildefonso; Domingos Almeida Pereira Vingadas e António Luís Brazete Carmo Santos.

**- Presidentes de Junta de Freguesia:**

- Rufino Marcelo Queirós; Manuel Francisco Alves Pinto Laranjo; Tiago Jorge Martins Eusébio; João Manuel Santos Félix; Rui Fernando Guedes Raimundo e Manuel do Carmo Ferreira.

Não compareceram os membros António Luís Carrapa Sarmento; Luís Gonzaga de Lemos Pereira Leite; Liliana Matias Soares; Pompeu Ventura Sorrilha e Vítor Alexandre Cardoso Ferreira. Verificou-se ainda a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal e do Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo, não tendo comparecido os Senhores Vereadores Afonso Manuel Batista Dias, Susana Cristina Dias Pereira e Ana Maria Silva Xavier Guerra.

Verificou-se também a presença da Técnica Superior, Ana Maria Guerra Borges, designada para lavrar as atas e as minutas da Assembleia Municipal, no mandato autárquico de 2017 - 2021.

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** iniciou por cumprimentar todos os cidadãos presentes, os membros da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal, tendo salientado de forma especial o regresso do membro Manuel Leite dos Santos, com o qual se congratulou.

Fez uma referência especial aos representantes e colaboradores das IPSS's, aos representantes da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Tarouca, à Presidente da CPCJ de Tarouca, aos cidadãos deste Concelho que foram convidados por terem intervenção na área social, tendo agradecido a todos por terem aceitado o repto para estarem presentes nesta sessão.



Cumprimentou ainda de forma especial o Dr. Carlos Andrade, por ter aceitado o convite da Mesa da Assembleia para estar presente nesta sessão.

Manifestou a sua solidariedade aos dois membros da Assembleia Municipal, Pompeu Ventura Sorrilha e Vítor Alexandre Cardoso Ferreira, por terem perdido um familiar, e não lhes ter sido, por isso, possível estar presentes nesta sessão.

Aproveitou para chamar a atenção do público para o facto de se poderem inscrever, para o primeiro momento do período de intervenção do público e para informar que, no primeiro ponto da ordem do dia, poderão intervir sobre a temática das IPSS's.

Informou ainda que, de seguida, vai formalizar a tomada de posse do novo membro da Assembleia Municipal, tendo explicado que, na sequência da comunicação de renúncia ao mandato apresentada pelo membro Carlos Alberto Moura Cabral, se procedeu à convocação do eleito que se seguia na ordem da respetiva lista, António Luís Brazete Carmo Santos, para tomar posse nesta sessão.

Verificou a legitimidade e a identidade do membro António Luís Brazete Carmo Santos, mediante a exibição do cartão de cidadão número 10750547, válido até trinta e um de maio de dois mil e vinte, filho de António Carmo Santos e de Natércia da Conceição Fernandes Brazete Carmo Santos, de quarenta e três anos de idade, solteiro, advogado, residente em Tarouca, freguesia de União de Freguesias de Tarouca e Dálvares, deste Concelho, tendo-o considerado investido nas suas funções de membro desta Assembleia Municipal.

Deu as boas vindas ao novo membro, tendo dito que contam com o seu papel neste órgão na defesa de Tarouca e dos Tarouquenses, fazendo votos para que o seu contributo sirva para ajudar a melhorar a vida das nossas gentes.

Informou que lhe irá ser facultado o regimento deste órgão, tendo-se disponibilizado para o esclarecimento de qualquer dúvida.

Informou ainda que foi decidido não usar os títulos académicos dos membros nas sessões e que, como único membro do Grupo Municipal do CDS/PP, será o respetivo líder, tendo por isso o direito a integrar a Comissão Permanente, que é constituída pelos membros da Mesa e pelos líderes dos Grupos Municipais. Convidou-o, por isso, a integrar a mesma, para cujas reuniões será convocado.

Passou-se de imediato à discussão da agenda de trabalhos que se segue:

❖ **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

❖ Apreciação e votação da ata n° 12 da sessão ordinária de 09.12.2019;

❖ Intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal: Informações.

❖ **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (1º momento)**



2020.02.14

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL****❖ PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA (continuação)**

❖ Intervenção dos membros da Assembleia nos termos do art. 17º do Regimento.

**❖ PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

1. Tema especial para debate: "IPSS's - Falar do Presente e Projetar o Futuro";

2. Apreciação do Relatório Anual de Atividades de 2019 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Tarouca, de acordo com a al. h) do nº 2, do art. 18º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei nº 147/99, de 1/09, alterada pela Lei nº 142/2015, de 08.09);

3. Discussão e votação do pedido de autorização para contratação de um empréstimo a longo prazo, até ao montante total de € 300.000,00, destinado à execução das obras de reparação de várias vias municipais, na sequência das intempéries do inverno de 2019/2020;

4. Discussão e votação da proposta de 1ª alteração modificativa ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano para 2020;

5. Discussão e votação da proposta da 1ª alteração ao mapa de pessoal para 2020;

6. Discussão e votação da proposta de alteração ao Regulamento para Apoio a Agregados Familiares desfavorecidos no concelho de Tarouca;

7. Discussão e votação da proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Incentivo à Natalidade no Município de Tarouca;

8. Eleição de 1 Presidente de Junta de Freguesia para integrar o Conselho Municipal de Saúde;

9. Apreciação das declarações emitidas ao abrigo do nº 1 do art. 15º da Lei nº 8/2012, de 21.02:

a. compromissos plurianuais existentes a 31 de dezembro de 2019 - declaração;

b. recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro de 2019 - declaração;

c. pagamentos em atraso existentes a 31 de dezembro de 2019 - declaração.

10. Apreciação da informação respeitante à autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação - Informação referente ao período de 27.11.2019 a 07.02.2020;

11. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, da respetiva situação financeira e dos resultados da participação do Município nas empresas locais e em quaisquer outras entidades (alíneas b) e c) do nº 2 art. 25º da Lei nº 75/2013, de 12.09).

**❖ PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (2º momento)****PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ATA Nº 12 DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 09.12.2019**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à discussão do plenário a ata número doze da sessão ordinária de doze de dezembro de dois mil e dezanove, cuja leitura foi dispensada, em virtude do texto ter sido distribuído previamente a todos os membros da Assembleia Municipal.

O membro **José António Amaro Nunes** solicitou que na folha cento e quarenta e oito verso no ponto número oito da ordem do dia, seja acrescentado a seguinte intervenção:

"Interveio o membro José António Amaro Nunes tendo perguntado ao Senhor Presidente da Assembleia se o elemento Guilherme Nuno Sarmento Gouveia de Assunção ainda era o secretário da CPCJ e se, em caso afirmativo, entende que é eticamente correto fazer parte de um órgão com poderes deliberativos, sendo ao mesmo tempo o respetivo secretário."

Procedeu-se à votação da alteração apresentada pelo membro José António Amaro Nunes, a qual foi aprovada por unanimidade.

Procedeu-se de seguida à votação da ata número doze da sessão ordinária de doze de dezembro de dois mil e dezanove, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade com a referida alteração.

Os membros Sara Maria Paiva da Guia, Manuel Leite dos Santos António Luís Brazete Carmo Santos e João Manuel Santos Félix não participaram na votação da ata, por não terem estado presentes naquela reunião.

O Senhor Presidente da Assembleia aproveitou o momento para dar as boas-vindas ao cidadão Domingos Manuel Pinto Nascimento, como pessoa ligada à área social e como ex-presidente da Assembleia Municipal.

**INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: INFORMAÇÕES**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal iniciou por informar que foram apresentadas justificações escritas de falta a esta sessão pelos membros Liliana Matias Soares, Pompeu Ventura Sorrilha e António Luís Carrapa Sarmento, as quais foram aceites pela Mesa e serão arquivadas sob os números trinta, trinta e um e trinta e dois, respetivamente, do maço de documentos número um do livro de atas número doze. O membro Vitor Alexandre Cardoso Ferreira faltou por ter falecido o seu avô, cuja justificação também foi aceite pela Mesa.

De seguida, deu conhecimento da correspondência recebida, a qual está disponível para consulta por qualquer membro:

- Cartões de Boas Festas de diversas Instituições;
- Agrupamento de Escolas de Tarouca - convite para o almoço de Natal e para as Festas de Natal;





2020.02.14

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

- Santa Casa da Misericórdia de Tarouca - convites para o Jantar convívio de Natal e para as Festas de Natal das diversas valências;
- Junta de Freguesia de Tarouca - convite para o jantar de Natal
- Associação Flor do Sabugueiro - Convite para o "Encontro de Cantadores de Janeiras 2020";
- Museu Diocesano de Lamego - convite para o ciclo de diálogos e convite para a apresentação do livro de D. António Couto, Bispo de Lamego, "Leitura do Tempo em que Vamos",
- Agrupamento de Escolas de Tarouca - convite para a Sessão Escolar do Parlamento dos Jovens;
- Comissão de Festas de S. Brás 2020 - convite para a festa;
- Assembleia Municipal de Mangualde - envia moção: "Pela Abolição das Portagens na A25, A24 e na A23"
- CPCJ de Tarouca e Sport Clube de Tarouca - convite para a sessão de encerramento do projeto "Importância da Psicologia na Formação Desportiva";
- ANAM - oferta do livro "A Valorização do Papel e da Eficácia das Assembleias Municipais: Um Regimento tipo";
- AEDREL - oferta do livro "O Estatuto do Direito de Oposição nas Autarquias Locais".

Informou ainda que, em face da ausência do líder do Grupo Municipal do PSD, António Luís Carrapa Sarmento, lhe foi comunicado pelo respetivo grupo que nesta sessão será substituído pelo membro Rui Fernando Guedes Raimundo.

Verificando-se que não houve inscrições para o período de intervenção do público, passou-se à

**INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA NOS TERMOS DO ART. 17º DO REGIMENTO**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início à intervenção dos membros da Assembleia, nos termos do artigo dezassete do Regimento.

**Intervieram os seguintes membros:**

- **Manuel Leite dos Santos** - Perguntou o que falta para que o processo da iluminação LED no Concelho ainda não esteja concluído, uma vez que entende que é um projeto importante que deveria ter objetivos definidos, parecendo-lhe que se avançou pouco. Referiu, a propósito, que verificou que na Variante Este, entre a rotunda do Mártir S. Sebastião e Dalvares, há muitas lâmpadas fundidas, que ainda não são LED, tendo perguntado qual o motivo para isso acontecer e se o objetivo é para diminuir a dívida à EDP. Perguntou ainda quem está encarregado de fazer a substituição das lâmpadas fundidas, uma vez que no dia-a-dia se nota um aumento das que estão apagadas.

Em relação às fugas de água na rede de distribuição pública, perguntou o que foi feito para evitar essas perdas e qual o tempo que demoram a corrigir a situação.



Perguntou ainda para quando se prevê a criação de uma rede elétrica periférica rural, para apoio aos agricultores.

- **Tiago José Gomes Ildefonso** - Deu conhecimento, na qualidade de membro Conselho da Comunidade do ACES Douro Sul, de que na reunião de janeiro findo daquele Conselho foi-lhes apresentada a Dra. Marina Vale, Coordenadora da Delegação da Liga Portuguesa Contra o Cancro, a qual informou que ela e a sua equipa em regime de voluntariado estão instalados no Pavilhão Multiusos de Lamego com um Gabinete para apoiar os doentes oncológicos e as suas famílias nesta região, nas áreas judicial, psico-oncológica, e social. Solicitou, por isso, a todos os membros, designadamente, aos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia que ajudem a divulgar a existência daquele apoio, que julga que é muito importante para os doentes oncológicos e suas famílias.

Concluiu manifestando o seu reconhecimento à Dra. Marina Vale por ter abraçado esta causa.

- **José António Amaro Nunes** - Relativamente ao Decreto-Lei 21/2019, que regula as transferências de competências em matéria de educação, e uma vez que as mesmas foram aceites pelo Município, pediu informação sobre a gestão do parque escolar, uma vez que nada consta sobre o assunto na informação do Executivo.

Referiu ainda o Decreto-Lei n° 23/2019, de 30/01, que transfere competências para o Município na área da saúde, no qual se prevê a aprovação da Estratégia Municipal de Saúde no prazo de um ano. Tendo em conta que decorreu o prazo fixado para a elaboração do mencionado documento, e que consta da ordem do dia a eleição de um membro para o Conselho Nacional de Saúde, cuja criação também está prevista no mesmo diploma, perguntou porque é que não consta da ordem do dia a discussão da Estratégia Municipal de Saúde.

Perguntou ainda porque razão não existem as equipas de limpeza das valetas e das bermas das estradas.

- **Rui Fernando Guedes Raimundo** - Perguntou qual o ponto de situação do projeto da segunda fase da requalificação de Alcáçima, cujo espaço entende que é muito importante para a cidade de Tarouca.

Felicitou o Executivo pelo lançamento da obra de requalificação da Igreja de S. Pedro de Tarouca, fazendo votos para que dentro de um ano a obra esteja concluída.

Perguntou ainda em que ponto de situação está o projeto para a requalificação do Parque de Merendas de Santa Helena.

Felicitou também o Executivo pela transformação do edifício da antiga escola primária para a instalação do Julgado de Paz, perguntando quando terminam as obras, pois julga que é fundamental trazer aqueles serviços para o centro da cidade. Agradeceu ao Executivo pela rapidez na reparação dos estragos feitos pela última tempestade em diversas vias do Concelho, o que deve ser motivo de orgulho para todos.



2020.02.14

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Relativamente à iluminação pública em Tarouca, explicou que foi criado um gabinete na Câmara Municipal para tratar dos pedidos de substituição de lâmpadas diretamente à empresa EDS, porque esta empresa não dava andamento aos pedidos dos Presidentes de Junta, contudo, mesmo assim, a empresa não responde atempadamente aos pedidos, e, por isso, muitas vezes as pessoas pensam que a culpa é dos Presidentes de Junta que não comunicam as avarias, o que não é verdade.

Concluiu, saudando o membro António Luís Brazete Carmo Santos pelas suas novas funções.

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para prestar os esclarecimentos necessários.

**O Senhor Presidente da Câmara** iniciou por cumprimentar todos os presentes, tendo saudado de forma especial o público e o Dr. Carlos Andrade por se ter deslocado a Tarouca para intervir na ordem do dia, sobre um assunto que entende que é muito importante para todos.

Informou que terá de se ausentar no final da sua intervenção para ir a um funeral em Granja Nova e que regressará logo que lhe seja possível.

Deu as boas vindas ao membro António Luís Brazete do Carmo Santos, referindo que tem a certeza de que vai dar elevação a este órgão.

Ao membro Manuel Leite dos Santos saudou-o pelo seu regresso ao órgão, tendo esclarecido que, em breve, será concluído o projeto dos LEDS no Concelho.

Quanto às fugas de água da rede, disse que, quando são detetadas, os serviços vão resolvendo caso a caso, por isso, se conhecer alguma situação, agradece que a comunique.

Em relação à rede elétrica periférica rural, disse que vão satisfazendo os pedidos conforme são apresentados.

Agradeceu ao membro Tiago José Gomes Ildefonso a informação dada.

Ao membro José António Amaro Nunes explicou que o Agrupamento de Escolas e o Município são dois bons parceiros, que trabalham bem em conjunto e que as obras que faltam fazer no parque escolar são da responsabilidade da DGEST, a quem já foram comunicadas as falhas, e que pediu ao Município alguma paciência para aguardarem. Esclareceu que os edifícios do parque escolar só passarão para o Município depois de terem sido objeto da intervenção necessária. Acrescentou, a propósito, que o Senhor Delegado Regional da Educação salientou que este é um dos Municípios no País que trabalha melhor com o Agrupamento de escolas.

Quanto à transferência de competências na área da saúde, explicou que não concordaram com algumas situações constantes da proposta que lhes foi enviada e, por isso, apresentaram nova proposta, estando a aguardar a resposta à



mesma. Explicou ainda que, em termos de saúde, só passarão para a responsabilidade do Município os assistentes operacionais e os vigilantes, continuando todos os restantes técnicos sob a responsabilidade do Ministério da Saúde.

Informou que vão constituir o Conselho Municipal de Saúde e só depois prepararão a Estratégia Municipal de Saúde, o que já foi comunicado à DGAL.

Quanto à limpeza de valetas, informou que é uma das competências delegadas nas Juntas de Freguesia, as quais têm feito um trabalho de excelência, por isso, se tiver conhecimento de algum lugar que necessite de limpeza, pede que os informe.

Ao membro Rui Fernando Guedes Raimundo agradeceu as palavras que dirigiu ao Executivo, tendo explicado que tentaram fazer o melhor possível para minimizar os problemas causados pelas intempéries. Agradeceu ainda aos trabalhadores do Município por todo o trabalho executado.

Informou que já foi lançado o concurso para a segunda fase de Alcáçima e que, em relação ao Parque de Santa Helena, foi lançado um concurso que ficou deserto, tendo sido lançado novo concurso.

Quanto à Igreja de S. Pedro de Tarouca, disse que a obra está a decorrer em bom ritmo, podendo até terminar antes do prazo previsto.

Concluiu dizendo que a obra para a instalação do Julgado de Paz terminará em março próximo, e que a sua instalação em Tarouca virá dar mais vida ao centro da cidade.

Terminadas as intervenções, passou-se de seguida à discussão da ordem do dia:

**PONTO 1. TEMA ESPECIAL PARA DEBATE: "IPSS'S - FALAR DO PRESENTE E PROJETER O FUTURO"**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal explicou que, dando continuidade à discussão dos temas especiais, têm hoje a temática: "IPSS's - Falar do Presente e Projeter o Futuro", na sequência da proposta formulada na última sessão da Assembleia Municipal pelos membros Rui Manuel Guedes Raimundo e José António Amaro Nunes.

Explicou que, a exemplo de outras sessões em que foram discutidos temas especiais, o público poderá intervir neste ponto da ordem do dia para o debate deste tema.

Referiu que pretendem trazer temáticas interessantes para o Concelho e acima de tudo para as pessoas, visando sensibilizar os membros do órgão, como legítimos representantes do povo, assim como a todos os cidadãos que participem nas mesmas.

Prosseguiu dizendo que pretendem desassossegear as pessoas que tenham responsabilidades políticas, empresariais, sociais, ou outras, alertando para problemas que existem e incentivando para se encontrarem soluções no futuro.





2020.02.14

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Informou que convidaram os responsáveis das IPSS's do Concelho, da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários, porque apesar de não ser uma IPSS tem uma função muito importante no Concelho, e ainda alguns cidadãos do Concelho com intervenção na área social, que aceitaram o repto para aqui estarem.

Referiu que as IPSS's surgiram no País como resposta às necessidades dos cidadãos mais carenciados e foi com a Constituição da República de 1976 que aquele termo surgiu pela primeira vez. Explicou que são instituições constituídas por iniciativa privada, sem fins lucrativos, que pretendem promover a igualdade e a justiça social, cuja atuação se enquadra no âmbito da economia social, com o objetivo da solidariedade social em domínios da segurança social, educação e saúde, promovendo a proximidade com a população.

Acrescentou que aquelas instituições se revestem de grande importância na economia local onde estão implementadas, não só pelo serviço que prestam, mas também pelos postos de trabalho que criam.

Prosseguiu dizendo que, tendo em consideração que Tarouca é um Concelho do interior com problemas de desertificação, com uma população envelhecida e com famílias que têm dificuldade em tratar dos seus familiares debilitados, as instituições da área social revestem uma importância decisiva na promoção do bem-estar da população.

Disse ainda que, tendo em conta as dificuldades na área financeira das IPSS's, motivadas por um conjunto de fatores que vão desde as políticas nacionais até à própria gestão, considera que é urgente tomar medidas para resolução desses problemas.

Deixou a seguinte frase para ajudar à reflexão:

- Sustentabilidade financeira das IPSS's e as novas exigências da sociedade.

Para falar do tema em causa, disse que foi convidado o Dr. Carlos Alberto Correia Andrade, tendo agradecido ao Segundo Secretário da Mesa da Assembleia a agilização deste convite.

**De seguida, a Primeira Secretária da Mesa da Assembleia** leu em voz alta uma breve resenha do currículo do convidado, do qual se destaca que atualmente é membro da direção do Centro Português de Fundação, Presidente e Vice-Presidente de várias Fundações no País, tendo sido Vice-Presidente da União das Misericórdias Portuguesas, para além de muitas outras funções exercidas.

**O Senhor Presidente da Assembleia** convidou de seguida o Dr. Carlos Andrade para intervir sobre o tema: "IPSS's - Falar do Presente e Projetar o Futuro", agradecendo-lhe penhoradamente a sua presença neste órgão.



O Dr. Carlos Andrade iniciou por cumprimentar todos os presentes e agradecer o convite que lhe foi formulado, manifestando a sua satisfação por estar novamente em Tarouca, onde já tinha estado diversas vezes, a convite do anterior Provedor da Santa Casa da Misericórdia.

Iniciou a sua intervenção com uma explicação sobre os tipos de propriedade previstos na Constituição da República Portuguesa, designadamente, o setor público, o setor privado e o setor social e cooperativo, salientando a igualdade em termos de dignidade constitucional dos três setores. Continuou explicando o que distingue aqueles três setores em termos jurídicos, tendo salientado que o fim do setor social é unicamente o bem comum, a exemplo do que acontece com o setor público. Contudo, o instrumento de ação que o setor social usa é o princípio da oportunidade, tal como acontece com o setor privado, sendo, por isso, um setor misto e distinto juridicamente dos outros dois, o que não lhe tira nenhuma dignidade constitucional.

Prosseguiu explicando as especificidades do setor social, o qual apesar de apresentar um objeto igual ao do setor público, é muitas vezes desvalorizado, incentivando-se apenas a discussão entre o setor público e o privado e ignorando o setor social.

Explicou que as IPSS's vivem essencialmente de dois apoios financeiros, do pagamento das prestações dos utentes e das transferências do Estado. Destacou, no entanto, que o Estado não apoia verdadeiramente as instituições, mas sim os utentes, pois o valor é pago pelo NISS do utente e sempre de igual montante, deixando de ser pago se aquele falecer. Referiu que esta é uma questão essencial do nosso sistema, porque pressupõe que cada utente pague de acordo com a própria capacidade económica, contudo as transferências do Estado não têm em conta a capacidade económica dos mesmos, uma vez que transfere um valor fixo igual para cada um, não contribuindo assim para a equidade do sistema.

Prosseguiu destacando as dificuldades de gestão das IPSS's, tendo em conta que, independentemente do valor da contribuição de cada utente, as condições que lhes são dadas têm de ser iguais para todos, pois o Estado assim o obriga. Ao que acresce o facto de as instituições terem a obrigação de cuidar da respetiva sustentabilidade financeira. Por esse motivo, julga que facilmente se percebe que a solidariedade seria maior se a comparticipação pública aumentasse conforme as necessidades económicas dos utentes, pois permitiria a admissão de utentes mais carenciados.

A propósito, lembrou que se assistiu ainda há pouco tempo à aprovação do Orçamento do Estado, e apesar de ter havido muita discussão sobre muitos temas, não deu conta de se ter discutido a comparticipação do Estado para o setor social, tendo em conta a importância da mesma, o que tem vindo a



2020.02.14

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

acontecer todos os anos. Julga que esta situação acontece, essencialmente pelos seguintes três motivos:

1º privilegia-se a dicotomia público/privada, não se dando valor ao setor social;

2º a área de intervenção das IPSS's é de grande complexidade técnica e não há políticos experimentados nesta matéria, para além de que a comunicação social como não conhece do assunto, também não cria questões;

3º os representantes das IPSS's não têm demonstrado capacidade para colocar na agenda política e na mediática estas questões tão importantes para todos.

Considera que as instituições não cuidam delas próprias, nem se valorizam, devendo aprender a impor-se, porque o setor social tem todo o direito de existir, tal como demonstrou no início da sua intervenção.

Abordou ainda o facto de, nas últimas eleições para a Assembleia da República, terem sido apresentadas por alguns partidos propostas para as creches gratuitas, com a criação de mais um serviço público do Estado. Referiu que concorda com a criação das creches gratuitas, como forma de incentivar a natalidade, mas que o Estado não necessitaria de se adaptar para o efeito, bastando-lhe apenas utilizar a rede de creches do setor social e aumentar a respetiva comparticipação, para que não acontecesse o mesmo que tem vindo a verificar-se no ensino pré-escolar, pois fecham o pré-escolar no setor social e abrem no público, o que não se justifica.

Ressaltou ainda a questão dos recursos humanos para cuidar das pessoas, o que entende que é também um dos grandes problemas do setor social, porque continuam a ser necessários muitos cuidadores. Esta necessidade tem vindo a gerar muitos constrangimentos financeiros, tendo dado como exemplo o aumento do salário mínimo, que considera justo, mas que veio criar um grande défice na gestão das instituições, porque não foi acompanhado pelo aumento das receitas do Estado e não se pode aumentar a comparticipação dos utentes, uma vez que é tabelada de acordo com as condições económicas de cada um e essas não alteram. A propósito, referiu que estudos recentes demonstram um grande afastamento entre o aumento do custo da operação e o aumento da comparticipação do Estado. Com base no exposto, entende que as IPSS's estão a passar um momento dramático, com um défice financeiro muito grande, e que, na sua opinião, têm apenas as seguintes hipóteses para agir:

1ª Não fazer nada e deixar aumentar o défice, até se tornar insustentável e terem de entrar em falência;

2ª Deixar de olhar para a missão de apoio aos mais carenciados e diminuir a admissão de pessoas com baixa condição económica, passando só a aceitar pessoas com maior capacidade financeira.



3\*- Viverem no "fio da navalha", olhando para a missão o possível, até terem algum equilíbrio financeiro, admitindo pessoas com maior capacidade económica, até perceberem que podem admitir um utente mais carenciado.

Salientou, no entanto, que as segunda e terceira hipóteses que apontou são ilegais e até imorais, mas as alternativas são realmente muito poucas.

Concluiu a sua intervenção dizendo que, apesar da situação que expôs, é um otimista, acreditando que as Instituições vão conseguir dar a volta a esta situação, pelas seguintes razões: - estão espalhadas capilarmente por todo o País; - são instituições iminentemente locais e dinamizadoras das localidades, pertencendo às gentes locais que as sentem como suas; - não são suscetíveis de deslocação, estando enraizadas na própria comunidade; - têm uma capacidade de recolha de apoios da própria comunidade que mais ninguém tem; - e porque são lideradas pelas elites locais e estas não podem ser banidas. Por todas estas razões, entende que o Estado nunca conseguirá substituir as IPSS's, e que pela grande capacidade de resiliência e superação que as mesmas demonstraram ao longo da história, ninguém as conseguirá destruir.

**O Senhor Presidente da Assembleia** agradeceu ao Sr. Dr. Carlos Andrade a excelente intervenção, pelos vastos conhecimentos demonstrados, tendo dado, de seguida, início às intervenções do público presente, às quais se seguirão as dos membros da Assembleia Municipal.

Intervieram no momento reservado ao público os seguintes cidadãos:

- **Rui Fernando Guedes Raimundo, na qualidade de Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Tarouca** - Agradeceu a excelente explanação do Dr. Carlos Andrade, sobre um problema tão atual das IPSS's.

Referiu que, efetivamente, o aumento do salário mínimo provocou bastantes problemas financeiros às IPSS's, tendo obrigado, no caso da Santa Casa da Misericórdia de Tarouca, a um aumento mensal muito elevado nas remunerações dos trabalhadores, nos últimos quatro anos. Por outro lado, o aumento do salário mínimo absorveu dois ou três escalões, havendo trabalhadores que estavam nas Instituições há 15 ou 20 anos, que ficaram a receber o mesmo que aqueles que entraram há dias, pelo que as próprias Instituições tiveram de fazer reajustamentos, a expensas próprias, pois as prestações dos utentes e a comparticipação do Estado não aumentaram, tendo sido, por isso, mais um esforço acrescido para a Instituição.

A este propósito, disse que considera que o Estado não devia tratar de igual forma o que é diferente, tendo em conta que há muitas Misericórdias no País que têm rendimentos elevados, enquanto outras, como é o caso de Tarouca sobrevivem apenas das prestações dos utentes e da comparticipação do Estado.





2020.02.14

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

No caso de Tarouca, disse que têm apenas a doação de alguns terrenos, que não conseguem vender, e que ficam a constituir mais um encargo para a instituição. Considera, por isso, que o sistema de compensações do Estado devia ser diferente, tendo em conta a situação financeira de cada uma das instituições.

Por outro lado, disse que em Tarouca, não poderiam optar por selecionar utentes com base na respetiva capacidade económica, para resolverem os seus problemas financeiros, porque a grande maioria das pessoas do interior recebem pensões mínimas. Acrescentou que, para piorar esta situação, atualmente, os utentes quando entram no Lar já estão acamados e outros com demência, o que exige mais cuidados e cuidadores, ou seja, os lares passaram a ser hospitais de retaguarda e cuidados paliativos.

Referiu ainda as dificuldades que enfrentam no apoio domiciliário, para o qual têm quase o dobro dos utentes em relação aos acordos celebrados com o Estado. A este propósito, perguntou qual a opinião do convidado sobre este dilema, se devem apoiar todos os utentes, com prejuízo para a Instituição ou se deveriam só apoiar os utentes com acordos e recusar apoio a quem dele precisa.

Manifestou o seu desagrado, em relação às cedências do Governo em relação a exigências de outros partidos, das quais apenas resultam problemas financeiros para as IPSS's.

Considera que era altura da União das Misericórdias e da CNIS se juntarem para levantarem a voz junto do Governo e apresentarem as suas reivindicações. A propósito, leu em voz alta, um email que recebeu da União das Misericórdias, relativo a um acordo celebrado, no qual são indicados aumentos de trinta cêntimos e de dezoito cêntimos, por cama, no qual solicitam serenidade aos Senhores Provedores, parecendo-lhe que estes valores são um gozo às IPSS's.

Concluiu reiterando a urgência de serem estabelecidas negociações com o Governo no sentido de alterarem as respetivas participações, tendo dado vários exemplos dessa necessidade.

- **Lucílio Fernando Assunção Teixeira** - Disse que foi Provedor da Santa Casa da Misericórdia durante 30 anos, sem ter obtido qualquer reconhecimento disso, lembrando que faltou falar dos cerca de trinta mil membros dos órgãos das IPSS's, que, de forma totalmente gratuita, estão ao serviço das Instituições, e que passam lá grande parte do seu tempo, perguntando quanto essas pessoas custariam ao Estado se lhes tivessem de pagar, como o fazem, por exemplo, nos hospitais do setor público.

Considera que a maioria das IPSS's se não estão ainda na falência para lá caminham, lamentando, por exemplo, que num financiamento para um investimento se obrigue um diretor a



ser avalista do mesmo, o que, em caso de insolvência da Instituição, lhe trará problemas sérios.

Disse ainda que é necessário fazer um esforço no sentido de reeducar a população, para a prática da solidariedade social, incutindo-lhe a importância do setor solidário e a valorização do serviço de voluntariado, designadamente, através da comunicação social.

Referiu que, atualmente, já não há lares da Misericórdia como antigamente, porque se transformaram num serviço de cuidados continuados, uma vez que os utentes estão quase todos acamados, tendo os recursos humanos de ser dotados de espírito de missão e de solidariedade, porque quando isso não acontece, não deveriam lá trabalhar.

Entende que a CNIS e a União das Misericórdias, como as duas grandes forças na defesa das IPSS's, deveriam estar unidas para defender os mesmos valores e os interesses de todas as instituições, lamentando que isso não aconteça, porque não se entendem.

Acrescentou que a grande maioria das Instituições que estão com dificuldades financeiras, tem também a ver com a forma como estão a ser geridas.

Disse ainda que, no caso de Tarouca, não se justifica que num concelho com cerca de 9000 habitantes e 100 Km de área, existam cinco IPSS's e sete cozinhas a funcionar todos os dias. Entende que não é dessa forma que se aproveitam os recursos que temos, pois com este sistema assim repartido não poderá haver sustentabilidade financeira para qualquer das instituições, sugerindo a unificação do sistema com a criação de uma instituição base e com extensões de prestação de serviço, o que na sua opinião solucionaria o problema.

- **Domingos Manuel Pinto Nascimento** - Na qualidade de Presidente do projeto "Aldeias Humanitar", iniciou por dar os parabéns à Mesa da Assembleia por estas iniciativas para a discussão de temas estruturantes e fundamentais para a população, e que servem para fazer refletir.

Considera que as IPSS's fizeram um percurso de afastamento da comunidade, transformando-se em estruturas tecnocráticas e deixando de lado a sua missão fundamental que era de reunir recursos humanos, logísticos e financeiros, para fazer o bem a quem delas precisa.

Disse ainda que a maior parte das instituições deram o "passo maior do que a perna", pois fizeram investimentos não sustentáveis criando estruturas que, com um pequeno sopro, se desmoronam, e com isso surge a insustentabilidade e instabilidade social. Salientou, contudo, que o trabalho das IPSS's é estruturante para a sociedade.

Quanto ao futuro, entende que algumas IPSS's terão tendência a desaparecer, de forma mais lenta ou mais rápida, dependendo da dinâmica dos seus órgãos, da reação da sociedade e dos Municípios onde estão inseridas.



2020.02.14

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Na qualidade de gestor, entende que não é possível ter resultados operacionais sistematicamente negativos em todas as valências, o que é uma irresponsabilidade de gestão. Considera que, em alguns casos, para se resolverem situações financeiras graves, é preciso parar e criar planos estratégicos de contingência que permitam tomar medidas que não sejam drásticas.

Deu o exemplo, de ter liderado a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Tarouca, que mantém excelentes resultados operacionais, na qual introduziu, na altura, um modelo de gestão assente em três pilares, que tem funcionado bem até hoje.

Considera que, no futuro, as IPSS's têm de se reinventar e adaptar-se às novas dinâmicas da sociedade e à nova realidade democrática, arranjando novas respostas, para dependerem cada vez menos do Poder Central. Devem ainda fazer planos de aproximação aos Municípios, criar parcerias estratégicas com a comunidade, e com outras instituições que existem na comunidade, para além de desenvolverem mecanismos de poupança, e de produção a custos mais baixos.

Concluiu dizendo que o projeto humanitário "Aldeias Humanitar", que atualmente lidera, não cobra nada aos utentes, integra a dinâmica da saúde e a dinâmica social, coloca-se como uma estrutura complementar às instituições que já existem, cobrindo uma necessidade que está por satisfazer e funcionando com recursos privadas, que vão obtendo das grandes empresas nacionais, tendo recebido em 2019 o prémio excelência em saúde.

- **Viriato Alves, em representação do Centro Social e Paroquial de Salzedas**, iniciou por dizer que a instituição que representa é recente, pois iniciou em dois mil e quinze, cuja estrutura foi criada, não por loucura de um grupo de pessoas que se juntou, mas sim porque lhes foi vendido pela Segurança Social um produto, pois, na altura, foi-lhes garantido que teriam todos os apoios necessários.

Referiu que não consegue perceber, porque é que os acordos de cooperação celebrados pela Segurança Social têm o mesmo valor no interior e no litoral, uma vez que as instituições do litoral têm mais probabilidades de ter utentes com rendimentos mais elevados, pois no interior os utentes têm na grande maioria pensões mínimas, a quem não se pode aumentar o valor da prestação.

Considera, por isso, que as instituições, por mais que se reinventem, têm muita dificuldade em conseguir fazer novos projetos, tendo em conta que não podem aumentar a participação dos utentes, e que o valor dos acordos não aumenta.

Quanto à intervenção do Senhor Lucílio Teixeira, no que respeita ao trabalho em sintonia, concorda que seria



importante reunirem-se as instituições do concelho, focando-se cada uma em valências diferentes e trabalhando em conjunto, contudo, isso não acontece, porque na formação dos novos assistentes sociais e outros técnicos, é-lhes incutido para criarem fatores diferenciadores nas respetivas instituições, de forma a cativarem utentes de outras instituições. Considera que esta ideia não funciona em termos de IPSS's, porque o objeto é comum a todas as instituições. Concluiu a sua intervenção, dando uma palavra de apreço ao Executivo, que desde 2013 tem apoiado muito a instituição que representa.

- **Marco Pinheiro, gerontólogo da Santa Casa da Misericórdia de Tarouca**, disse que discorda do último interveniente, no que respeita aos serviços diferenciados, porque entende que a qualidade deve ser privilegiada, em relação à quantidade, uma vez que as pessoas são cada vez mais exigentes no serviço que lhes é prestado. Deu o exemplo do serviço de apoio domiciliário, em que um utente que necessita de mais tempo de companhia, que uma instituição não consegue satisfazer, procurará outra que satisfaça a sua necessidade, daí a importância do serviço diferenciado.

Considera que deve haver uma sensibilização, quer da tutela, quer da rede local, para que não se permita a criação de instituições que não sejam necessárias, para além de que os acordos de cooperação também deveriam diferenciar a questão da qualidade, no sentido de a promover.

Alertou ainda para a concorrência desleal que existe entre as instituições de setor social no concelho, no que respeita, por exemplo, aos preços que praticam no apoio domiciliário. Terminada a intervenção do público, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra novamente ao Dr. Carlos Andrade.

- **Dr. Carlos Andrade** - Em resposta, e no que respeita às diferenças entre o litoral e o interior, disse que efetivamente considera que é diferente um apoio domiciliário aos utentes que vivem numa cidade, do que é feito nas aldeias com uma viatura, e nessa questão julga que deveria haver diferenciação nos acordos estabelecidos, porque de facto a despesa é diferente.

Quanto aos restantes acordos, considera que o problema não se pode colocar em termos de diferença entre o litoral e o interior, porque a missão de cada IPSS's é igual seja onde for, o que entende que seria necessário é que a Segurança Social participasse todas as instituições de forma que todas pudessem dar o apoio necessário aos mais carenciados, uma vez que é ao Estado que compete fazer com que o sistema seja solidário e justo, através da respetiva participação pública.

Explicou que o corte das despesas públicas, imposto pela Troika, implicou a diminuição das participações do Estado às IPSS's e, nessa altura, o Estado contou com a capacidade





2020.02.14

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

económica das Instituições para suportar as dificuldades da sociedade. Contudo, esse período já passou há algum tempo, mas o Estado manteve as mesmas participações, levando à exaustão os recursos das instituições.

Quanto ao email que o membro Rui Fernando Guedes Raimundo, entende que o objetivo da União das Misericórdias é que as instituições aguentem até não conseguirei mais, para que a sociedade se dê conta da importância das mesmas e o Estado acorde, o que não consegue aceitar.

Considera que o grau de exigência em relação à gestão das instituições é atualmente muito elevado, não devendo confundir-se gestão rigorosa com voluntariado, pois a gestão rigorosa e qualificada tem de ser profissional e deve ser feita pelos trabalhadores da instituição, enquanto o voluntariado deve tratar da gestão de topo, bem como da ligação com a comunidade, tratando da comunicação que é fundamental que seja bem-feita.

Quanto à questão da concorrência entre as Instituições do mesmo Concelho, considera que é um erro a ser evitado, contudo julga que é no CLAS que devem ser resolvidas essas questões, e que se isso não for feito, é porque aquele Conselho não está a cumprir devidamente a sua função.

Intervieram de seguida os seguintes membros:

- **Tiago José Gomes Ildefonso** - Felicitou a intervenção do Dr. Carlos Andrade, tendo referido que conhece bem as dificuldades financeiras da Santa Casa da Misericórdia de Tarouca, onde trabalha, bem como de outras instituições, mas que, porque existem algumas Misericórdias no País com boas condições financeiras, o Estado entende que estão todas em boa situação, o que não é verdade.

Considera por isso que, neste momento, não há nada a reinventar, e que a única solução para resolver o problema será o Governo tomar consciência de que é o único responsável por todos os cidadãos, não cabendo aos Municípios resolver os problemas das IPSS's, porque essa é uma competência do Estado.

Concluiu dizendo que não concorda que se negue o apoio a alguém que dele necessite, só porque é carenciado, porque isso não é nem humano, nem solidário.

- **Rui Fernando Guedes Raimundo** - Relativamente à questão do apoio domiciliário, parece-lhe que ficou a ideia de que no concelho se anda numa guerra de utentes, o que não é verdade, tendo explicado que o que se passa é que quando aparece um utente residente numa das localidades que têm IPSS's, a Santa Casa da Misericórdia encaminha-os para lá, mas como essas instituições já não têm acordos disponíveis e sabem que esse apoio lhes vai dar prejuízo, recusam-se a fazê-lo. Perante esta situação, perguntou como entendem que deveria proceder



a Santa Casa da Misericórdia de Tarouca, se deve deixar de fazer esse serviço por ser deficitário.

Referiu que, sendo a missão das IPSS's cuidar de todos os cidadãos, nunca conseguirá seleccionar os utentes pela respetiva situação económica, pensando apenas na sustentabilidade financeira da instituição, pois tem necessidade de resolver o problema das pessoas.

No que respeita às diferenças entre o litoral e o interior, disse que continua a afirmar que é mais fácil gerir uma IPSS's no litoral, porque a grande maioria dos utentes têm bons rendimentos.

Disse ainda que se ouve falar muito em diversificar as fontes de financiamento, tendo perguntado como deve fazer isso em Tarouca, onde as empresas estão todas descapitalizadas.

**Intervenção novamente o Dr. Carlos Andrade**, tendo dito em resposta que também sabe que as IPSS's no litoral têm a vida facilitada.

Relativamente à questão entre a escolha da missão ou da sustentabilidade da instituição, disse que não sabe explicar qual delas será mais importante, porque se uma instituição for à falência, não criou uma situação de mais solidariedade na sua terra, pelo contrário, diminuiu-a, porque deixou de existir. Por isso, entende que em nome da solidariedade não se pode levar uma instituição à falência, devendo fazer-se tudo para evitar essa situação e conseguir o equilíbrio.

Salientou que a maior parte das IPSS's do País estão sediadas no interior, por isso, entende que têm urgentemente de arranjar alguém que as defenda convenientemente junto do Poder Central.

**Intervenção de seguida o Senhor Presidente da Câmara** tendo dito que as instituições do interior têm sobrevivido, porque têm gente trabalhadora a geri-las, o que não é tarefa fácil. Referiu que é importante que o valor do ordenado mínimo aumentasse, mas também era muito importante que o Estado reconhecesse que tem de aumentar a sua comparticipação.

Salientou que, no interior, se não fossem os Municípios, neste momento, já não havia cultura, desporto, Bombeiros, IPSS's, etc., porque veem-se bons discursos do Governo, mas que não passam disso.

Disse ainda que, se a Santa Casa da Misericórdia de Tarouca for à falência, o maior prejuízo será para as pessoas do Concelho, por isso, é necessário arranjar uma solução. Salientou que tem confiança nas pessoas que a lideram, assim como nas que lideram as restantes Instituições do Concelho. Referiu que, apesar das IPSS's estarem descapitalizadas, não concorda com a seleção dos utentes pela sua condição económica, pois dessa forma não estariam a cumprir a função para que foram criadas.

Informou que no CLAS são discutidas as situações e resolvidas, pois o mesmo funciona.



2020.02.14

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Concluiu dizendo que as instituições podem contar com a solidariedade do Município e que tudo irão fazer para que o Poder Central venha a reverter a sua situação.

Concluiu agradecendo ao Dr. Carlos Andrade a sua intervenção, pedindo desculpa por ter estado ausente da reunião durante algum tempo.

**Passou-se à intervenção do Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo**, que iniciou por dar os parabéns ao Dr. Carlos Andrade, pela excelente intervenção.

Deu ainda os parabéns à Mesa da Assembleia pela ousadia de trazer estes temas para discussão nestas sessões, porque são enriquecedores.

Disse que, depois do que ouviu, considera que o futuro das IPSS's não é risonho, nem fácil, mas não acredita que seja apenas com o rigor da gestão, que se consiga garantir uma maior sustentabilidade, uma vez que o problema é que as instituições já não têm recursos para gerir.

Referiu, a propósito, que tem feito questão de acompanhar a atividade da Santa Casa da Misericórdia de Tarouca, porque é irmão há muitos anos, e cada vez mais tem a perceção de que se cortarem ainda mais nas despesas, deixarão de prestar serviços de qualidade.

Referiu que ouviu com atenção as três hipóteses de solução para as IPSS's apresentadas pelo Dr. Carlos Andrade, deixando uma quarta hipótese, que entende que poderia dar um futuro mais sustentável às IPSS's, que é a de colocar este assunto na agenda política do Governo e de o trazer para a ribalta, fazendo com que todo o País proceda como esta Assembleia, e falem do assunto.

Prosseguiu dizendo que não acredita que o social ou o privado terminem e que o público também não seja uma opção dentro das que existem, porque entende que é o conjunto das instituições que permitem uma ação social de mais rápida na resposta.

Ressaltou que, facilmente se percebe, que as instituições do Concelho que estão bem financeiramente, devem uma quota parte dessa situação ao Município e as que não estão também é ao Município que recorrem, sendo sempre ele que tem de dispor dos seus recursos para garantir a estabilidade financeira das mesmas. Considera que, quando os recursos do Município falharem, muitas instituições irão à falência, ou terminam com problemas enormes, porque os recursos são limitados, pois ninguém se pode esquecer que a Autarquia é o suporte financeiro da grande parte das Instituições do nosso Concelho. Disse ainda que, sendo os recursos limitados, há que fazer opções sob pena de o futuro ser bem pior do que se prevê, se as políticas de extrema-esquerda e de extrema-direita, que vão aparecendo no País, um dia chegarem ao poder.



Terminadas as intervenções, o Dr. Carlos Andrade fez um agradecimento final do convite que lhe foi feito, tendo dito que teve muito gosto em estar presente nesta sessão, com um tema que sempre o entusiasma.

**o Senhor Presidente da Assembleia** agradeceu novamente ao Dr. Carlos Andrade a disponibilidade e a excelente intervenção com que nos brindou.

Nesta altura da reunião, pelas dezoito horas e dez minutos, foi feito um intervalo.

Foram retomados os trabalhos, pelas dezoito horas e vinte minutos, com a presença de todos os membros.

Passou-se à discussão do segundo ponto da ordem do dia.

**PONTO 2: APRECIACÃO DO RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES E AVALIAÇÃO DE 2019 DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE TAROUCA, DE ACORDO COM A AL. H) DO N° 2, DO ART. 18° DA LEI DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO (LEI N° 147/99, DE 1/09)**

Presente o Relatório Anual de Atividades e Avaliação do ano de dois mil e dezanove da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Tarouca, de acordo com a al. j) do n° 2, do art. 18° da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n° 147/99, de 1/09).

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** iniciou por agradecer à Senhora Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Tarouca a presença nesta Assembleia, tendo valorizado o trabalho voluntário e gratuito desenvolvido por todos os elementos da Comissão, em prol do bem-estar das crianças do concelho.

Destacou o papel articulado entre as várias Instituições do Concelho, designadamente, o Município, a CPCJ, a Santa Casa da Misericórdia, o Agrupamento de Escolas, os Bombeiros, e a Guarda Nacional Republicana, que trabalham em conjunto para o mesmo fim, que é o de tratar bem as nossas crianças. Salientou ainda a forma discreta com que esse trabalho é desenvolvido, tendo informado que disponibilizou o Gabinete da Assembleia Municipal para as atividades da Comissão, para que todos os assuntos sejam tratados com o maior recato.

De seguida, deu a palavra à Senhora Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Tarouca para apresentar o relatório.

**A Senhora Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Tarouca** iniciou por agradecer a oportunidade para apresentar o relatório.

Agradeceu ainda a todos os comissários a disponibilidade para participarem nas comissões, pois são a prova viva do voluntariado em Tarouca, porque despendem muitas horas de forma totalmente voluntária no trabalho na Comissão.

Prosseguiu a sua intervenção, com uma breve explicação sobre a composição da Comissão Alargada e da Comissão Restrita.





2020.02.14

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Apresentou de seguida a realidade processual, designadamente o número total de processos transitados, instaurados, reabertos e arquivados liminarmente e após intervenção, no ano findo, e os motivos do seu arquivamento.

Passou à caracterização das crianças/jovens, em termos de idade, referindo que o grupo mais problemático se verifica entre os onze e os dezassete anos.

Informou que as principais entidades sinalizadoras são as seguintes: o Agrupamento de Escolas, os próprios elementos da CPCJ, a GNR, as entidades de acolhimento, as entidades de saúde, e os pais.

No que respeita aos motivos de intervenção geral, disse que se notou um acréscimo na exposição a comportamentos desviantes.

Quanto às medidas aplicadas, explicou que se tentou privilegiar sempre a vertente da família.

Relativamente aos processos ativos, informou que o maior número é de casos de violência doméstica.

Apresentou de seguida um vídeo contendo as principais atividades desenvolvidas no ano de 2019, que espelha bem a excelente parceria que existe entre a CPCJ e as diversas instituições do Concelho, nomeadamente o Município, a Santa Casa da Misericórdia, o Agrupamento de Escolas e a Guarda Nacional Republicana, a quem agradeceu.

Intervieram de seguida os seguintes membros:

- **Sara Maria Paiva da Guia** - Disse que é bom verificar que, em relação ao relatório do ano anterior, tivessem passado para menos de metade dos processos ativos. Porém, ficou alarmada com o número de processos de violência doméstica. Salientou que, apesar de ser uma falha da plataforma nacional da CPCJ, continua a não perceber porque é indicado que os objetivos são atingidos, quando não foram estabelecidos os respetivos indicadores.

Tendo em conta o número de casos de violência doméstica, perguntou se a CPCJ de Tarouca já integra ou pretende integrar o Projeto Adelia, para ajudar a combater aquele problema.

- **Rui Fernando Guedes Raimundo** - Deu os parabéns a todos os elementos da CPCJ, pelo trabalho que desenvolvem.

Disse que os números devem preocupar a todos, contudo pensa que o mais importante é que se está a conseguir dar rapidamente resposta a todos os casos que têm aparecido.

Ressaltou que, para além da CPCJ, é um dever de toda a comunidade estar atenta aos casos que surjam e denunciá-los.

Disse ainda que a violência doméstica é algo que a todos preocupa, porque é um problema que tem vindo a aumentar em todo o País, e que tem de ser combatido.

Deu os parabéns aos elementos da Comissão pela descrição no trabalho que desenvolvem.



Concluiu agradecendo a todas as instituições que colaboram com a CPCJ no desenvolvimento do seu trabalho.

- **José António Amaro Nunes** - Perguntou por quantos elementos é composta a Comissão restrita, porque na explicação percebeu que era por seis.

**A Senhora Presidente da CPCJ** esclareceu de imediato que, efetivamente, no ano findo, trabalharam apenas com seis elementos, porque faltava um membro, o que foi comunicado à Comissão Nacional, que os autorizou a trabalhar dessa forma. Informou ainda que já foi nomeado mais um membro para a Comissão restrita, pelo que, atualmente, já é constituída por sete elementos.

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

**O Senhor Presidente da Câmara** disse que tomou conta dos números apresentados, salientando a descrição com que têm sido tratados todos os assuntos pela Comissão, pois nem se deu conta de que aqueles casos aconteceram, o que é muito importante.

Referiu que todos se devem orgulhar desta Comissão, tendo dado os parabéns a todos os elementos que a constituem pela forma discreta e empenhada como trabalham e se dedicam a esta causa.

Salientou ainda as excelentes parcerias que a CPCJ tem com as instituições do Concelho, designadamente, com o Agrupamento de Escolas, GNR, Município, Bombeiros, Santa Casa da Misericórdia, etc., porque também o fazem de forma discreta e com empenho.

Concluiu renovando os parabéns à Senhora Presidente da CPCJ e a toda a sua equipa, pelo trabalho desenvolvido, do qual o Município muito se orgulha.

**Interveio novamente a Senhora Presidente da CPCJ de Tarouca**, tendo informado o membro Sara Maria Paiva da Guia que, quanto ao número de processos por violência doméstica, é um problema transversal ao País. Informou, a propósito, que foi aprovada legislação no sentido da GNR sinalizar obrigatoriamente à CPCJ todos os casos de violência doméstica que por eles passem, o que antes não era obrigatório, e que veio certamente contribuir para o aumento do número de casos.

Quanto à questão dos objetivos, explicou que a Comissão não trabalha por objetivos, pois os processos aparecem e são trabalhados. Disse ainda que o objetivo maior é sempre o de zelar pelo superior interesse da criança e quantos menos processos tiverem, melhor será para todos.

No que se refere ao Projeto Adelia, informou que a mentora do projeto esteve em Tarouca, e que já aderiram ao mesmo, o qual tem parceria com a Universidade de Psicologia de Coimbra, onde irão ser formadas oito pessoas indicadas pelas Comissões, tendo sido indicadas duas técnicas para o efeito, que não foram selecionadas. Disse ainda que já integraram



2020.02.14

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

atividades nesse projeto, com a parceria do Sport Clube de Tarouca, as quais culminaram com uma sessão direcionada para os pais sobre "Parentalidade positiva".

Não tendo havido outras intervenções, foi tomado conhecimento do presente relatório.

O membro Carlos Alberto dos Santos Assunção Teixeira, por impedimento legal, retirou-se da reunião para a discussão do ponto número três da ordem do dia.

**PONTO 3. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO A LONGO PRAZO, ATÉ AO MONTANTE TOTAL DE € 300.000,00, DESTINADO À EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REPARAÇÃO DE VÁRIAS VIAS MUNICIPAIS, NA SEQUÊNCIA DAS INTEMPÉRIES DO INVERNO DE 2019/2020**

Presente o pedido de autorização para contratação de um empréstimo a longo prazo, até ao montante total de € 300.000,00 (trezentos mil euros), destinado à execução das obras de reparação de várias vias municipais, na sequência das intempéries do inverno de 2019/2020, aprovado em reunião da Câmara Municipal de dez de fevereiro corrente, acompanhado do mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do Município, da proposta recebida, das respostas de quatro entidades bancárias e da informação da Divisão Administrativa e Financeira, o qual foi enviado antecipadamente a todos os membros e que a seguir se transcreve:

**"PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO A LONGO PRAZO, ATÉ AO MONTANTE TOTAL DE € 300.000,00, DESTINADO À EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REPARAÇÃO DE VÁRIAS VIAS MUNICIPAIS, NA SEQUÊNCIA DAS INTEMPÉRIES DO INVERNO DE 2019/2020**

**PROPOSTA**

Na sequência dos despachos do Senhor Presidente da Câmara de 28 e 31 de janeiro de 2020, submetidos a ratificação desta Câmara Municipal em sua reunião de 10.02.2020, foram consultadas 7 entidades bancárias para apresentação de propostas, tendo em vista a contratação de um empréstimo a longo prazo, até ao montante de € 300.000,00, para financiamento da execução das obras de reparação de várias vias municipais, na sequência das intempéries do Inverno de 2019/2020.

Respondeu ao convite do Município uma entidade bancária, que a qual foi objeto de análise e enquadramento legal, nos termos constantes da informação da Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira, datada de 7 de fevereiro corrente, que aqui se dá por integralmente reproduzida.

Com fundamento na mencionada informação, **proponho** a V. Exas. que esta Câmara Municipal, no uso da competência prevista na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09, delibere solicitar à Assembleia Municipal, no uso



da competência prevista na alínea f) do nº1 do artigo 25º do mesmo diploma, autorização para contratar, ao abrigo do disposto no artigo 49º, nºs 1,2 e 5 da Lei nº 73/2013, de 3.09, com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Beira Douro, CRL, com sede em Lamego, o seguinte empréstimo a longo prazo:

- **Empréstimo até 20 anos**, no montante total de **€ 300.000,00** destinado ao financiamento da execução das seguintes obras de reparação de várias vias municipais, na sequência das intempéries do Inverno de 2019/2020:

<b>Designação do investimento</b>	<b>Montante máximo do empréstimo</b>
Reparação de danos no Caminho do Arco de Paradela, entre a Variante Este e o Outeiro de Mondim da Beira, que surgiram na sequência das intempéries do inverno 2019/2020	141.728,00 €
Execução de muros de suporte e reparação de danos na EM 1173, em Arguedeira, que surgiram na sequência das intempéries do inverno 2019/2020	19.853,00 €
Pavimentação do caminho do campo de aviação (Padrão) que liga Meixedo a Cimbres, na freguesia de Salzedas	87.895,00 €
Reparação de danos no Caminho de Mões, em Mondim de Cima, que surgiram na sequência das intempéries do inverno 2019/2020	50.524,00 €
<b>TOTAL</b>	<b>300.000,00 €</b>

à taxa de juro correspondente à média aritmética simples das taxas "Euribor a 12 meses", apurada com a referência ao mês imediatamente anterior ao do início de cada período de contagem de referência, arredondada para a milésima de ponto percentual mais próxima e acrescida de um **spread de 0,90%**, sendo que, em qualquer circunstância, a taxa de juro nominal aplicável nunca será inferior ao "spread", e nas demais condições constantes da sua proposta, com a ressalva de que a condição apresentada sob a denominação " garantias", deve observar o disposto no artigo 39º da Lei nº 73/2013, de 03.09.

Anexos:

1. Ofícios-convite enviados;
2. Proposta recebida;
3. Respostas de quatro entidades bancárias;





2020.02.14

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

4. Informação da Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira; e

5. Mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município.

Paços do Município, 7 de fevereiro de 2020

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar o assunto.

**O Senhor Presidente da Câmara** explicou que este pedido de empréstimo tem a ver com a necessidade de reparação das vias municipais, na sequência das intempéries do Inverno de 2019/2020, uma vez que alguns dos trabalhos foram realizados por administração direta, mas outros têm de ser por empreitada.

Intervieram os seguintes membros:

- **António Luís Brazete Carmo Santos** - Perguntou quais serão os trabalhos a realizar por empreitada.

- **José António Amaro Nunes** - Disse que ainda há pouco tempo na apresentação do orçamento foi explicado que, pela primeira vez, estava previsto um conjunto de estradas para serem reparadas, perguntando se previam a contratação de empréstimo para aquele tipo de despesas. Perguntou ainda, se neste caso, se trata de um programa específico e qual a necessidade para se recorrer a este empréstimo, uma vez que não foi excecional a ocorrência dos danos em algumas das vias em causa.

- **Rufino Marcelo Queirós** - Disse que o membro José António Amaro Nunes pode ter muitos conhecimentos, mas não conhece a realidade das pessoas.

Regozijou-se com a apresentação deste ponto, porque entende que é preciso o Executivo ter muita coragem para ajudar a população, dando-lhes melhores meios de acesso, em particular aos seus terrenos agrícolas. Agradeceu ao Senhor Presidente da Câmara toda a disponibilidade que tem demonstrado para com a Freguesia de Mondim da Beira, por estar sempre disposto a ajudar as pessoas.

Convidou todos os presentes para os festejos de Carnaval, que terão lugar no dia 23 de fevereiro corrente, em Mondim da Beira.

Concluiu dizendo que espera que este ponto seja aprovado por unanimidade.

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara, para prestar os esclarecimentos necessários.**

**O Senhor Presidente da Câmara** informou quais as empreitadas abrangidas pelo presente empréstimo.

Informou ainda que não está previsto nenhum programa específico para reparar as vias atingidas pelas tempestades.



Agradeceu ao membro Rufino Marcelo Queirós as palavras que dirigiu ao Executivo, salientando a excelente parceria que existe entre o Executivo e as Juntas de Freguesia.

Passou de seguida a palavra ao **Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo** que, em resposta, disse ao membro José António Amaro Nunes que deve ter havido alguma confusão, pois na apresentação do orçamento apenas referiu o conjunto de obras aprovadas no âmbito da PAMUS, e salientou, na altura, que, pela primeira vez, em orçamento colocaram um conjunto de estradas que terão de ser reparadas a expensas do Município, por não existir qualquer tipo de apoio comunitário para as mesmas, o que pode confirmar na respetiva ata.

Disse ainda que na Cimdouro tentaram que o programa LAST+ abrangesse essas obras, mas não conseguiram qualquer apoio. Concluiu informando que os pedidos de empréstimo não constam do orçamento, porque só são apresentados depois.

- **José António Amaro Nunes** - Pediu ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mondim da Beira, Rufino Marcelo Queirós, que explicasse porque é que entendeu que na sua intervenção colocou em causa as necessidades da população de Mondim da Beira, uma vez que se limitou a pedir um esclarecimento sobre o tipo de empréstimo em discussão.

Esclareceu ainda que, quando pediu a informação relativa ao programa, não se referia a qualquer programa comunitário, mas sim a um programa global destinado à reparação da rede viária, pois presumiu que se constava do orçamento uma despesa, também estaria prevista a respetiva receita.

O membro **Rufino Marcelo Queirós**, em resposta, lembrou que o endividamento catastrófico deste Município já vem de outros Executivos anteriores e que a estrada prevista para ser reparada está há anos a necessitar de intervenção, cujo estado piorou com as tempestades no inverno. Congratulou-se, por isso, com a coragem do Executivo para apresentar este pedido de empréstimo. Explicou ainda que pensou que o membro José António Amaro Nunes quisesse dizer outra coisa com a sua intervenção.

- **Rui Fernando Guedes Raimundo** - Disse que, quando acontece uma tempestade ou outra situação no País, são inundados por comunicações do Poder Central a dizer que vão ajudar, contudo, depois disso não se verifica na realidade, o que lamentou.

Não tendo havido outras intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou os documentos à votação do plenário, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a contratação **com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Beira Douro, CRL, com sede em Lamego**, do seguinte empréstimo a longo prazo:

- **Empréstimo até 20 (vinte) anos**, no montante total de **€ 300.000,00** (trezentos mil euros) destinado ao financiamento da execução das seguintes obras de reparação de várias vias



2020.02.14

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

municipais, na sequência das intempéries do Inverno de 2019/2020:

<b>Designação do investimento</b>	<b>Montante máximo do empréstimo</b>
Reparação de danos no Caminho do Arco de Paradela, entre a Variante Este e o Outeiro de Mondim da Beira, que surgiram na sequência das intempéries do inverno 2019/2020	141.728,00 €
Execução de muros de suporte e reparação de danos na EM 1173, em Arguedeira, que surgiram na sequência das intempéries do inverno 2019/2020	19.853,00 €
Pavimentação do caminho do campo de aviação (Padrão) que liga Meixedo a Cimbres, na freguesia de Salzedas	87.895,00 €
Reparação de danos no Caminho de Mões, em Mondim de Cima, que surgiram na sequência das intempéries do inverno 2019/2020	50.524,00 €
<b>TOTAL</b>	<b>300.000,00 €</b>

à taxa de juro correspondente à média aritmética simples das taxas "Euribor a 12 meses", apurada com a referência ao mês imediatamente anterior ao do início de cada período de contagem de referência, arredondada para a milésima de ponto percentual mais próxima e acrescida de um **spread de 0,90%**, sendo que, em qualquer circunstância, a taxa de juro nominal aplicável nunca será inferior ao "spread", e nas demais condições constantes da sua proposta, com a ressalva de que a condição apresentada sob a denominação "garantias", deve observar o disposto no artigo 39º da Lei nº 73/2013.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

Terminada a discussão deste assunto, o membro Carlos Alberto dos Santos Assunção Teixeira regressou à reunião.

**PONTO 4. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE 1ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2020**

Presente a proposta de 1ª alteração modificativa ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano para o corrente ano, acompanhada dos respetivos mapas, a qual foi aprovada em reunião da Câmara Municipal de dez de fevereiro corrente, e enviada antecipadamente a todos os membros para apreciação, a qual a seguir se transcreve:



**"1ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2020**

**PROPOSTA**

As intempéries que assolaram o concelho de Tarouca e o país, nos meses de dezembro e de janeiro findos, causaram relevantes prejuízos em várias estradas e caminhos municipais, colocando em perigo/impedindo a circulação automóvel e de pessoas, em inúmeras localidades.

Os trabalhos de reparação dos prejuízos ocorridos são de elevado montante, conforme levantamento efetuado pelos serviços municipais.

Considerando que os investimentos a realizar, decorrentes destas circunstâncias excecionais e imprevistas, são urgentes mas não se encontram previstos no Orçamento e nas Grandes Opções do Plano, é necessário proceder à respetiva alteração,

**proponho** a V.Exas que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista na alínea c) do nº1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, no uso da competência prevista na alínea a) do nº 1 do artigo 25º do referido diploma, a seguinte proposta de revisão dos documentos previsionais de **2020**, cujos mapas se anexam:

- \* 1ª alteração modificativa ao Orçamento da Receita, que apresenta inscrições/reforços no montante de € 580 000;

- \* 1ª alteração modificativa ao Orçamento da Despesa, que apresenta inscrições/reforços no montante de € 585 000 e diminuições/anulações no montante de € 5 000;

- \* 1ª alteração modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos que apresenta uma variação positiva no montante de € 540 000, no corrente ano;

- \* 1ª alteração modificativa ao Plano de Atividades Municipal, que apresenta inscrições/reforços e diminuições/anulações, no montante de € 5 000, 00, cada, no corrente ano.

Outras normas legais aplicáveis: pontos 8.3.1.2 e 8.3.2.2. do POCAL (alínea b) do nº1 do artigo 17º do Decreto-Lei nº 192/2015, de 11.09) e Norma de Contabilidade Pública 26 (anexo II ao Decreto-Lei nº192/2015, de 11.09)

Foi respeitado o princípio do equilíbrio orçamental. (ver anexo)

Paços do Município, 07.02.2020

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar o assunto.

**O Senhor Presidente da Câmara** explicou que esta alteração tem a ver com o assunto discutido no ponto anterior.

Não tendo havido outras intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou os documentos à votação do plenário, tendo





2020.02.14

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

... sido deliberado por unanimidade aprovar a primeira alteração modificativa aos documentos previsionais de dois mil e vinte, que a seguir se identificam:

\* 1ª alteração modificativa ao Orçamento da Receita, que apresenta inscrições/reforços no montante de € 580 000;

\* 1ª alteração modificativa ao Orçamento da Despesa, que apresenta inscrições/reforços no montante de € 585 000 e diminuições/anulações no montante de € 5 000;

\* 1ª alteração modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos que apresenta uma variação positiva no montante de € 540 000, no corrente ano;

\* 1ª alteração modificativa ao Plano de Atividades Municipal, que apresenta inscrições/reforços e diminuições/anulações, no montante de € 5 000, 00, cada, no corrente ano.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

**PONTO 5. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA 1ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA 2020**

Presente a proposta da 1ª alteração ao mapa de pessoal para o corrente ano, aprovada pela Câmara Municipal em sua reunião de dez de fevereiro corrente, a qual foi enviada a todos os membros antecipadamente, e que a seguir se transcreve:

**"1ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA 2020****PROPOSTA**

Com a finalidade de assegurar o desenvolvimento do Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE) de Tarouca, que terminará em 30.09.2021, é necessário afetar ao projeto pessoal técnico e administrativo.

Uma vez que se pretende recrutar estes trabalhadores, cujas remunerações são financiadas pelos fundos comunitários, e que alguns dos serviços sejam prestados com subordinação jurídica ao Município, o vínculo de emprego público adequado é o contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo.

Estes postos de trabalho não estão previstos no mapa de pessoal para 2020.

Neste contexto,

**Proponho** a V. Excias. que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09, solicitar à Assembleia Municipal a aprovação, no uso da competência conferida pela alínea a) do nº 2 do artigo 3º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 03.09 conjugado com o disposto na alínea o) do nº 1 do artigo 25º do referido diploma, nos termos do artigo 29º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20.06, da 1ª alteração ao mapa de pessoal do Município de Tarouca para 2020, em anexo à presente proposta.



Paços do Município, 06 de fevereiro de 2020

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar o assunto.

**O Senhor Presidente da Câmara** explicou que esta alteração tem a ver com o Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE), o qual termina em 30.9.2021, cujos trabalhadores a tempo inteiro têm de ter um vínculo jurídico à função pública, sendo os respetivos vencimentos apoiados pelos fundos comunitários. Disse ainda que os contratos em causa terminarão com o referido projeto.

Referiu ainda que nesta alteração consta também a criação de um lugar para o Serviço Municipal de Proteção Civil, cujo mapa retificativo foi enviado posteriormente a todos os membros.

Intervieram os seguintes membros:

- **José António Amaro Nunes** - Disse que estão a ser criados lugares no quadro para celebração de contratos a termo resolutivo certo para duas técnicas do programa PIICIE, o qual já está em vigor desde fevereiro de dois mil e dezanove, tendo perguntado como estiveram até agora esses trabalhadores, tendo em conta que na justificação é referida a necessidade de terem vínculo jurídico à função pública.

**O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo** explicou que, quando o PIICIE teve início contrataram vários técnicos em prestação de serviços. Contudo, receberam uma indicação na última reunião da CIMDOURO, de que todos os técnicos que estivessem a tempo inteiro no Programa, com o intuito de combater a precariedade, deveriam ser contratados a termo resolutivo certo.

- **José António Amaro Nunes** - Disse que apenas recebeu a primeira proposta de alteração, que previa a criação dos dois lugares para o programa PIICIE, no qual não está prevista a criação do lugar do Serviço Municipal de Proteção Civil.

Perguntou por isso se a segunda retificação enviada foi aprovada em reunião da Câmara Municipal e se constará na respetiva ata.

**O Senhor Presidente da Câmara** explicou que esta última alteração não foi à reunião da Câmara Municipal, mas que telefonou ao Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias, que não o atendeu.

Disponibilizou-se para retirar da discussão o lugar do Serviço Municipal de Proteção Civil, sendo apenas votado o primeiro documento enviado, com os dois lugares, uma vez que se esqueceu de dar essa explicação prévia na sua intervenção. Informou ainda que o assunto constará da ata da reunião da Câmara Municipal.



2020.02.14

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

- **José António Amaro Nunes** - Esclareceu que apenas quis perceber o que se passou e se o assunto vai constar na ata da Câmara Municipal, não tem objeções à sua votação.

Não tendo havido outras intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia esclareceu que a proposta que vai colocar à votação é a que contém a criação dos dois técnicos do Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE) e a criação do lugar para o Serviço Municipal de Proteção Civil.

Procedeu-se à votação do documento em causa, tendo sido deliberado aprovar a primeira alteração ao mapa de pessoal para dois mil e vinte, por maioria de quinze votos a favor e duas abstenções dos membros José António Amaro Nunes e Sara Maria Paiva Guia.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

**PONTO 6. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA 1ª ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO PARA APOIO A AGREGADOS FAMILIARES DESFAVORECIDOS NO CONCELHO DE TAROUCA**

Presente a proposta da 1ª alteração ao Regulamento para Apoio a Agregados Familiares Desfavorecidos no concelho de Tarouca, a qual foi aprovada em reunião da Câmara Municipal de dez de fevereiro corrente, tendo sido enviada antecipadamente a todos os membros e que a seguir se transcreve:

**"1ª ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO PARA APOIO A AGREGADOS FAMILIARES DESFAVORECIDOS DO CONCELHO DE TAROUCA**

**PROPOSTA DE PROJETO**

Em cumprimento da deliberação desta Câmara Municipal de 12.12.2019, foi publicitada a respetiva decisão de desencadear o procedimento da 1ª alteração ao Regulamento para apoio a agregados familiares desfavorecidos do concelho de Tarouca, mediante edital n.º 1/2020, datado de 03.01.2020, afixado no Edifício dos Paços do Município e nos lugares de estilo das freguesias e inserido na página eletrónica do município.

Entre os dias 3 e 31 de janeiro de 2020 decorreu o prazo para constituição de interessados e apresentação de contributos, nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07.01.

Até ao termo do prazo fixado, não foram recebidos quaisquer contributos, nem pedidos de constituição de interessados, razão porque não há lugar a audiência prévia sobre o projeto de alteração (n.º 1 do artigo 100.º do CPA).

Assim, proponho a V. Exas que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista nas alíneas v) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09, propor à Assembleia Municipal a aprovação, no uso da competência



prevista na alínea g) do nº1 do artigo 25º do mesmo diploma, do seguinte projeto de alteração ao referido regulamento: Ao abrigo do disposto no artigo 241º da Constituição da República Portuguesa, das alíneas v) e ccc) do nº 1 do artigo 33º e alínea g) do nº1 do artigo 25º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09 e nos termos dos artigos 99º, 136º e nº1 do artigo 142º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 07.01, a Assembleia Municipal em sessão de \_\_/\_\_/\_\_\_\_, delibera, sob proposta da Câmara Municipal aprovada em sua reunião de 10.02.2020, **aprovar o seguinte projeto da 1ª alteração ao Regulamento para apoio a agregados familiares desfavorecidos do Concelho de Tarouca:**

#### **NOTA JUSTIFICATIVA**

Em 01.06.2015, foi publicado no Diário da República, 2ª série, nº 105, o "Regulamento para apoio a agregados familiares desfavorecidos do concelho de Tarouca", após prévia aprovação pela Assembleia Municipal em sua sessão de 30.04.2015, sob proposta da Câmara Municipal de 16.04.2015. Decorridos mais de quatro sobre a data da sua entrada em vigor, constata-se que os resultados obtidos são positivos, na medida em que inúmeras famílias, com menores recursos económicos ou em situação de risco e de emergência social, puderam beneficiar de apoios atribuídos pelo Município e que lhes permitiram ultrapassar ou mitigar as dificuldades existentes.

A aplicação prática do regulamento revelou, no entanto, a existência de algumas omissões e a necessidade de alterações de algumas normas face à realidade atual.

Assim, com a presente alteração, procede-se à atualização dos tipos de apoios concedidos, extinguindo o Cartão Sénior, uma vez que o seu principal objetivo (apoio à terceira idade nas deslocações entre as freguesias do concelho) não carece atualmente de qualquer formalidade e abrange toda a população interessada.

Tendo em conta que os apoios são atribuídos apenas aos agregados familiares que comprovadamente se encontrem em situação de carência, a prova desta situação implica a apresentação de informação sobre o seu património até aqui não exigidos.

Por isso, o valor do rendimento mensal per capita deve ser inferior a 70% do Indexante dos Apoios Sociais (anteriormente, esta percentagem era de 50% da Retribuição Mínima Nacional) e os interessados passam também a ter que fazer prova do património mobiliário (depósitos bancários, ações, entre outros) cujo somatório não pode ser superior a € 5000,00.

Por força desta alteração, é atualizada a lista dos documentos exigidos para a instrução das candidaturas.





2020.02.14

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

É eliminada a possibilidade de concessão de apoios à recuperação de habitações aos proprietários apenas de parte do imóvel, impedindo assim que os demais proprietários beneficiem deste apoio, ainda que não reúnam as condições de carência económica.

Procede-se à alteração das regras de atribuição de apoios no âmbito do Banco Social, introduzindo o Cabaz de Natal e fixando as respetivas condições de acesso.

No que respeita ao vestuário e calçado, os interessados passam a poder beneficiar deste apoio duas vezes por ano, seja qual for a estação do ano.

O apoio complementar de saúde tem sido muito utilizado pelos nossos municípios. Contudo, a apreciação dos pedidos revelou a necessidade de suprir lacunas e atualizar as regras de atribuição e de instrução da respetiva candidatura.

Neste âmbito, passa a estar expressamente previsto o direito ao apoio por doentes oncológicos, o que até aqui não acontecia.

Uma vez que nas deslocações para estabelecimentos médicos inferiores a 25 km, a população dispõe de transportes públicos, o apoio passa a ser atribuído apenas nas situações em que a viagem de ida seja superior aquela distância.

No que respeita à atribuição do transporte, é exigida a apresentação de declaração de presença nos atos médicos e são fixadas regras de comunicação ao Serviço de Ação Social e Saúde das datas de agendamento das consultas e tratamentos, com antecedência, para permitir a melhor gestão das viaturas a utilizar.

Verificava-se que os beneficiários do apoio em medicamentos apresentavam inúmeros documentos de despesa, de reduzido montante. Com a presente alteração, o apoio será atribuído quando as faturas pagas perfizerem o valor mínimo de 20€

Por outro lado, a atribuição da redução de 50% na mensalidade de utilização das Piscinas Municipais cobertas, revelou dificuldades no procedimento da respetiva aplicação, pelo que se procede à sua eliminação, mantendo-se a isenção total, com o limite de utilização duas vezes por semana. O utente passa também a estar obrigado à apresentação de documento comprovativo da frequência das aulas, semestralmente, sob pena de perda a isenção concedida.

Finalmente, no que respeita à Casa Albergue, trata-se um equipamento muito útil para dar resposta à necessidade de facultar uma habitação temporária a pessoas que, inesperadamente, ficam sem abrigo e não possuem meios económicos ou suporte familiar.

Estas situações de emergência são infelizmente frequentes. Com a presente alteração é reduzido de dois anos para um ano, o tempo de residência no concelho de Tarouca, para



efeitos de admissão à Casa Albergue, possibilitando assim o acesso a um leque mais alargado de famílias.

Por outro lado, é aumentado o período de permanência, para seis meses, porque o período de três meses se revelou insuficiente para as famílias ali abrigadas colocarem em prática um novo projeto de vida.

Foram ponderados os custos e benefícios das medidas projetadas as quais implicam a redução dos custos administrativos com a apreciação dos pedidos e de logística, bem como a diminuição das dúvidas e do prazo de resposta aos pedidos recebidos. Em contrapartida, manter-se-ão os benefícios para a população local abrangida.

Nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07.01, foi publicitada a decisão de desencadear o procedimento de alteração do presente regulamento, não tendo sido constituídos interessados, nem apresentados contributos.

É da competência da câmara municipal participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas a situação de vulnerabilidade, em parceria com as entidades competentes da administração central e com instituições particulares de solidariedade social, nas condições constantes de regulamento municipal, cuja aprovação é da competência da assembleia municipal (citada alínea v) do n.º 1 do artigo 33.º). Assim:

#### **Artigo 1.º**

É alterada a redação das alíneas e) e f) do artigo 1.º; das alíneas b) e d) a h) do n.º 1 do artigo 4.º; das alíneas f) e h) do artigo 5.º; do artigo 6.º; da alínea b) e das subalíneas i), iii), iv) e ix) da alínea d) do n.º 1 do artigo 7.º; do artigo 9.º; das alíneas a) a c) do artigo 11.º; dos n.ºs 2 e 3 do artigo 13.º; do n.º 1 do artigo 21.º; da alínea c) do artigo 24.º; do n.º 2 do artigo 26.º; dos n.ºs 1 e 2 do artigo 29.º; dos artigos 50.º, 52.º e 53.º; do artigo 54.º; da alínea a) do n.º 1 do artigo 59.º e do artigo 62.º do Regulamento para apoio a agregados familiares desfavorecidos do Concelho de Tarouca, a qual passa a ser a seguinte:

#### **"Artigo 1.º**

##### **Âmbito e objeto**

(...)

e) Apoio complementar de saúde

f) Casa Albergue.

#### **Artigo 4.º**

##### **Condições de atribuição**

1. A atribuição dos apoios depende da satisfação das seguintes condições:

a) (...)

b) O rendimento mensal *per capita* do agregado familiar ser inferior a 70% do valor do Indexante dos Apoios Sociais



2020.02.14

## MUNICÍPIO DE TAROUCA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(IAS), fixada para o ano em que o apoio é solicitado ou o último ano fiscal;

c) (...)

d) Não possuir outro tipo de apoios para o mesmo fim;

e) Não possuir dívidas ao Município de Tarouca;

f) O apoio será concedido pelo período de 12 meses, podendo ser, eventualmente, renovado;

g) O requerente apenas pode beneficiar de um apoio no âmbito deste regulamento;

h) O somatório do património mobiliário (depósitos bancários, ações, certificados de aforro ou outros ativos financeiros) de todos os elementos maiores do agregado familiar não poderá ser superior a 5 000 €.

(...)

### Artigo 5º

#### Conceitos

Para efeitos de aplicação do presente regulamento, considera-se:

a) (...)

(...)

f) "Rendimento mensal" - conjunto de todos os rendimentos mensais ilíquidos auferidos pelo agregado familiar, qualquer que seja a sua origem e natureza.

(...)

h) "Situação económica precária" - Considera-se em situação económica precária os indivíduos isolados ou inseridos em agregado familiar, portadores de deficiência e/ou incapacidade, cujo rendimento mensal *per capita* seja igual ou inferior a 70% do valor do Indexante dos Apoios Sociais (IAS), fixado para o ano em que o apoio é solicitado ou o último ano fiscal.

### Artigo 6º

#### Casos excecionais

Consideram-se casos excecionais as situações de emergência social, ou seja, a situação de gravidade excecional resultante da insuficiência económica inesperada e/ou de fatores de risco social e de saúde no seio do agregado familiar, nomeadamente catástrofes, falecimento de elemento do agregado familiar, único titular de rendimentos, doença súbita, sem abrigo e vítimas de violência doméstica.

### Artigo 7º

#### Instrução do processo

1. O processo de candidatura aos apoios a conceder, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

a) (...)

b) Documentos pessoais (cartão cidadão ou bilhete de identidade, número de identificação fiscal, cartão de beneficiário de segurança social);

c) (...)



**d)** Documentos comprovativos de todos os rendimentos auferidos pelos membros do agregado familiar:

**i)** Declaração de IRS do último ano fiscal ou, na ausência de rendimentos, declaração comprovativa em como se encontra dispensado da entrega da Declaração de rendimentos (Modelo 3 do IRS), indicando o valor de rendimentos que usufruiu no ano transato;

**ii)** (...);

**iii)** Comprovativo de pensão auferida em Portugal e/ou no estrangeiro, dos elementos que se encontrem nessa situação;

**iv)** Recibos do vencimento ilíquido mensal de todos os elementos do agregado familiar, emitido pela entidade patronal, auferido em Portugal e/ou no estrangeiro (referente aos últimos 2 meses);

(...)

**ix)** Documento comprovativo indicando o saldo de todas as contas bancárias, ações, certificados de aforro ou outros ativos financeiros de todos os elementos do agregado familiar, ou declaração emitida e assinada pelo requerente e restantes membros do agregado familiar pela qual se ateste a não titularidade;

(...)

#### **Artigo 9º**

##### **Objeto e âmbito**

O presente capítulo procede à definição dos critérios para a concessão de apoio a estratos sociais carenciados que residam no concelho de Tarouca destinados à recuperação, conservação e beneficiação de habitação própria e permanente.

#### **Artigo 11º**

##### **Instrução do processo**

Para além dos documentos gerais a que alude o n.º 1 do artigo 7º, deverão ser entregues os seguintes documentos:

**a)** Documento comprovativo de titularidade da habitação;

**b)** Prova de residência permanente na habitação inscrita para o apoio e da titularidade da propriedade plena;

**c)** Documento comprovativo de que o requerente ou outro membro do agregado familiar não possui outros imóveis destinados à habitação, não é arrendatário ou titular de rendimentos prediais a qualquer título.

#### **Artigo 13º**

##### **Critério de atribuição em materiais para recuperação de habitação**

1. (...)

2. Não pode o candidato ou qualquer outro membro do agregado familiar ser proprietário de outros imóveis destinados à habitação, arrendatário ou titular de rendimentos prediais a qualquer título.

3. Em casos excecionais de emergência social, devidamente ponderada pelo Presidente da Câmara e pelos serviços



**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

2020.02.14

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

técnicos, poderão ser aprovados pela Câmara Municipal montantes superiores.

**Artigo 21.º****Verificação da execução das obras**

1. As obras previstas no artigo 10.º serão orientadas e acompanhadas pelos Serviços Técnicos das Obras, por forma a garantir a efetiva aplicação dos apoios concedidos pelo Município.

(...)

**Artigo 24.º****Tipos de Bens**

No Banco Social podem existir os seguintes bens:

a) (...)

(...)

c) Cabaz de Natal

d) (...)

e) Ajudas económicas até ao limite máximo de € 100,00 (cem euros) desde que se trate de uma situação de caráter urgente e pontual e que comprovadamente ponha em causa a saúde do requerente ou a sua condição habitacional.

**Artigo 26.º****Instrução do Pedido**

1. (...)

2. A candidatura será instruída com os documentos gerais referidos no artigo 7.º.

(...)

**Artigo 29.º****Critérios de admissão ao Banco Social**

1. A candidatura para o Cabaz de Natal deverá ser realizada durante o mês de outubro de cada ano.

2. Os beneficiários só poderão usufruir de vestuário e calçado duas vezes por ano.

**Artigo 50.º****Objeto**

O presente capítulo estabelece as regras do transporte e apoio complementar nas despesas de saúde de doentes oncológicos, crónicos e indivíduos portadores de deficiências ou incapacidades, enquanto medida de apoio social na área da saúde à população do Concelho de Tarouca.

**Artigo 52.º****Beneficiários**

São beneficiários deste apoio doentes oncológicos, crónicos e indivíduos portadores de deficiências ou incapacidades.

**Artigo 53.º****Natureza dos apoios**

O apoio complementar de saúde consiste no seguinte:

a) Apoio nas deslocações a consultas, tratamentos e exames complementares de diagnóstico do foro médico, a distâncias superiores a 25 km;



- b) Comparticipação nas despesas com medicamentos;
- c) Isenção de pagamento da mensalidade na frequência de aulas de natação ou hidroginástica, duas vezes por semana, nas Piscinas Municipais cobertas do Município de Tarouca.

#### **Artigo 54.º**

##### **Instrução do processo**

Para além dos documentos gerais a que alude o artigo 7.º das disposições gerais, deverão, ainda, ser entregues os seguintes documentos:

a) Para efeitos de atribuição do apoio nas deslocações:

i) Relatório médico que comprove que o requerente é portador de: doença oncológica; doença crónica; deficiência ou incapacidade;

ii) Apresentação de comprovativo do agendamento de consultas, tratamentos e exames complementares de diagnóstico do foro médico, no Serviço de Ação Social e Saúde, pelo menos 3 dias antes do dia da realização do serviço de transporte;

iii) No dia anterior ao transporte, o interessado deve informar-se junto do Serviço de Ação Social e Saúde, da hora e local de saída;

iv) Apresentação da respetiva declaração de presença, após cada consulta, tratamento ou exame complementar de diagnóstico do foro médico, no Serviço de Ação Social e Saúde.

b) Para efeitos de atribuição da comparticipação nas despesas com medicamentos:

i) Relatório médico que comprove que o requerente é portador de: doença oncológica; doença crónica; deficiência ou incapacidade;

ii) Comprovativo da medicação prescrita para as patologias referidas na subalínea anterior;

iii) Para efeitos de reembolso dos valores pagos deverá ser apresentado o original de cada fatura liquidada emitida pela farmácia e a guia de tratamento, junto do Serviço de Ação Social e Saúde;

iv) O reembolso será efetuado após perfazer o valor total em faturas igual ou superior a 20,00 €.

c) Para efeitos de atribuição da isenção de pagamento da mensalidade na frequência de aulas de natação ou hidroginástica, duas vezes por semana, nas Piscinas Municipais cobertas do Município de Tarouca:

i) Relatório médico que comprove que o requerente é portador de: doença oncológica; doença crónica; deficiência ou incapacidade;

ii) Relatório médico que comprove a necessidade da prática de atividades aquáticas para melhorar o bem-estar físico e psicológico do requerente;

iii) Documento comprovativo de frequência das aulas, semestralmente.

#### **Artigo 59º**

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

2020.02.14

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL****Processo de admissão dos utentes**

1. A admissão deverá obedecer aos seguintes critérios:
- a) Indivíduos que comprovem ter residência no concelho de Tarouca, há pelo menos, 1 ano, a contar da data do pedido, ou serem naturais do concelho de Tarouca;
- (...)

**Artigo 62º****Permanência**

A permanência na Casa Albergue não deve ultrapassar os seis meses, exceto se os utentes não conseguirem, neste período, pôr em prática o projeto de vida elaborado individualmente de acordo com as suas possibilidades. "

**Artigo 2º**

São revogados: a alínea d) do artigo 1º; o nº3 do artigo 4º; a subalínea x) da alínea d) do nº1 do artigo 7º; o artigo 15º; a alínea d) do artigo 24º; as subalíneas i) a iii) da alínea b) do artigo 25º; os nºs 1, 3 e 4 do artigo 26º; os artigos 28º, 30º, 32º, 44º a 49º.

**Artigo 3º**

A presente alteração entra em vigor decorridos cinco dias sobre a data da sua publicação na segunda série do Diário da República.

Paços do Município, 7.02.2020

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar o assunto.

O Senhor Presidente da Câmara explicou que os serviços foram detetando algumas falhas no regulamento inicial, as quais serão ultrapassadas com a presente alteração, que ajudará a acelerar a resolução dos processos.

Não tendo havido outras intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o documento à votação do plenário, tendo sido aprovada por unanimidade a primeira alteração ao Regulamento para apoio a agregados familiares desfavorecidos do concelho de Tarouca, nos termos da mencionada proposta. Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

**PONTO 7 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA 1ª ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE INCENTIVO À NATALIDADE NO MUNICÍPIO DE TAROUCA**

Presente a proposta da 1ª alteração ao Regulamento Municipal de Incentivo à Natalidade no Município de Tarouca, a qual foi aprovada em reunião da Câmara Municipal de dez de fevereiro corrente, tendo sido enviada antecipadamente a todos os membros e que a seguir se transcreve:

**"1ª ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE INCENTIVO À NATALIDADE NO MUNICÍPIO DE TAROUCA**

**PROPOSTA DE PROJETO**



Em cumprimento da deliberação desta Câmara Municipal de 12.12.2019, foi publicitada a respetiva decisão de desencadear o procedimento da 1ª alteração ao Regulamento municipal de incentivo à natalidade no Município de Tarouca, mediante edital n° 2/2020, datado de 03.01.2020, afixado no Edifício dos Paços do Município e nos lugares de estilo das freguesias e inserido na página eletrónica do município.

Entre os dias 3 e 31 de janeiro de 2020 decorreu o prazo para constituição de interessados e apresentação de contributos, nos termos do n°1 do artigo 98° do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n°4/2015, de 07.01.

Até ao termo do prazo fixado, não foram recebidos quaisquer contributos, nem pedidos de constituição de interessados, razão porque não há lugar a audiência prévia sobre o projeto de alteração (n°1 do artigo 100° do CPA).

Assim, **proponho** a V.Exas que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista na alínea ccc) do n° 1 do artigo 33° do Anexo I à Lei n° 75/2013, de 12.09, propor à Assembleia Municipal a aprovação, no uso da competência prevista na alínea g) do n°1 do artigo 25° do mesmo diploma, do seguinte projeto de alteração ao referido regulamento:

Ao abrigo do disposto no artigo 241° da Constituição da República Portuguesa, da alínea ccc) do n° 1 do artigo 33° e alínea g) do n°1 do artigo 25° do Anexo I à Lei n° 75/2013, de 12.09 e nos termos dos artigos 99°, 136° e n°1 do artigo 142° do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n° 4/2015, de 07.01, a Assembleia Municipal em sessão de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, delibera, sob proposta da Câmara Municipal aprovada em sua reunião de 10.02.2020, **aprovar o seguinte projeto da 1ª alteração ao Regulamento municipal de incentivo à natalidade no Município de Tarouca:**

#### **NOTA JUSTIFICATIVA**

Em 17.03.2016, foi publicado no Diário da República, 2ª série, n°54, o "Regulamento municipal de incentivo à natalidade no Município de Tarouca", após prévia aprovação pela Assembleia Municipal em sua sessão de 29.02.2016, sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião de 11.02.2016, tendo como principal objetivo atenuar e contrariar a diminuição da taxa de natalidade, assim como os problemas que lhe estão subjacentes, por forma a salvaguardar-se o futuro geracional da população do concelho.

Decorridos mais de três anos sobre a data da sua entrada em vigor, constata-se que os resultados obtidos são positivos, na medida em que cerca de 160 famílias já puderam beneficiar do incentivo à natalidade.

No entanto, a aplicação do regulamento evidenciou a existência de algumas omissões e a necessidade de aperfeiçoamento da atual redação de várias normas.





2020.02.14

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Com a presente alteração, é simplificada a redação do artigo 3º, que estabelece as condições gerais de atribuição do incentivo à natalidade, do qual continuam a beneficiar todos os requerentes que residam no concelho de Tarouca no mínimo há 6 meses contínuos, anteriores à data do nascimento da criança.

Por outro lado, o prazo para apresentação da candidatura era de 60 dias o qual se revelou insuficiente para que os interessados fizessem a sua candidatura. Por isso, este prazo é alargado para seis meses contínuos, contados a partir do nascimento da criança.

Finalmente, a principal alteração tem a ver com o modo de pagamento do incentivo.

De facto, o procedimento de atribuição do incentivo é complexo e moroso, quer para o requerente, quer para os serviços, na medida em que obriga à junção pelos beneficiários dos recibos das faturas pagas de bens e serviços adquiridos no concelho de Tarouca.

Ora, esta tarefa é de difícil concretização para as famílias, obrigadas a realizar e apresentar despesas, não raro, durante um ano e em pagamentos parciais, de modo a lograrem receber a totalidade do incentivo.

A nova redação dada ao artigo 8º determina o pagamento do incentivo mediante transferência bancária, numa única prestação, sendo para o efeito suficiente que os interessados reúnam comprovadamente as condições fixadas no citado artigo 3º, sem necessidade de apresentação de comprovativos da despesa efetuada.

Foram ponderados os custos e benefícios das medidas projetadas, as quais implicam a significativa redução do tempo despendido pelos interessados para recebimento efetivo do incentivo, bem como dos custos administrativos com a apreciação e decisão dos pedidos, por parte dos serviços municipais. Em contrapartida, manter-se-ão os benefícios para a população local abrangida, prevendo-se que o número de crianças apoiadas aumente, melhorando assim a eficácia da medida.

Nos termos do nº1 do artigo 98º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei nº4/2015, de 07.01, foi publicitada a decisão de desencadear o procedimento de alteração do presente regulamento, não tendo sido constituídos interessados, nem apresentados contributos.

É atribuição do Município a promoção do desenvolvimento, sendo da competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar regulamentos com eficácia externa (alínea m) do nº2 do artigo 23º, alínea g) do nº 1 do artigo 25º e alínea ccc) do nº1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº75/2013, de 12.09).



Assim:

#### **"Artigo 1.º**

É alterada a redação da alínea b) do artigo 3.º; o n.º 1 e as alíneas a) e c) a e) do n.º 2 e o n.º 3 do artigo 4.º; os n.ºs 1 e 2 do artigo 6.º; o n.º 4 do artigo 7.º e o n.º 1 do artigo 8.º do "Regulamento municipal de incentivo à natalidade no Município de Tarouca", cuja redação passa a ser a seguinte:

#### **"Artigo 3.º**

##### **Condições gerais de atribuição**

São condições de atribuição do incentivo, cumulativamente:

a) (...)

b) Que o requerente ou requerentes do direito ao incentivo residam, em alguma das freguesias do concelho de Tarouca, no mínimo há seis meses contínuos, anteriores à data do nascimento da criança.

(...)

#### **Artigo 4.º**

##### **Instrução da candidatura**

1. As candidaturas serão entregues no Serviço de Ação Social e Saúde do Município com requerimento próprio, fornecido pelos serviços, devidamente preenchido e assinado.

2. O candidato deve juntar ao requerimento os seguintes documentos:

a) Cartão cidadão ou bilhete de identidade, número de identificação fiscal, cartão de beneficiário de segurança social;

b) (...)

c) Cópia do Registo/Certidão de Nascimento do latente;

d) Número de Identificação Fiscal do latente;

e) Fotocópia do Número de Identificação Interbancária (IBAN).

3. As candidaturas podem ser apresentadas até seis meses, contados a partir da data de nascimento do latente.

#### **Artigo 6.º**

##### **Análise e fiscalização das candidaturas**

1. O processo de candidatura será analisado pelos Técnicos do Serviço de Ação Social e Saúde da Câmara Municipal de Tarouca

2. Em caso de dúvidas, os técnicos do Serviço de Ação Social e Saúde da Câmara Municipal podem em qualquer momento requerer ou proceder a diligências complementares que se considerem adequadas ao apuramento da veracidade das informações prestadas para avaliação do processo, através de qualquer meio de prova idónea.

3. (...)

#### **Artigo 7.º**

##### **Decisão e audiência prévia**

1. (...)

(...)



2020.02.14

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

4. A reavaliação do processo e a decisão final será, posteriormente, comunicada ao requerente.

**Artigo 8.º****Valor e atribuição do Apoio**

1.O valor total do apoio a atribuir é de 600€, pago por transferência bancária.

(...)

**Artigo 2º**

São revogadas as alíneas a) e b) do nº1 e o nº3 do artigo 8º.

**Artigo 3º**

A presente alteração entra em vigor decorridos cinco dias sobre a data da sua publicação na segunda série do Diário da República.

Paços do Município, 7.02.2020

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar o assunto.

**O Senhor Presidente da Câmara** explicou que se verificou que as famílias tinham dificuldades em apresentar os justificativos das despesas previstos no regulamento inicial, e que o pagamento do apoio de uma só vez seria mais benéfico para as famílias.

Não tendo havido outras intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o documento à votação do plenário, tendo sido aprovada por unanimidade a primeira alteração ao Regulamento Municipal de Incentivo à Natalidade no Município de Tarouca, nos termos da mencionada proposta.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

**PONTO 8. ELEIÇÃO DE 1 PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA PARA INTEGRAR O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Procedeu-se à eleição, por escrutínio secreto, de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar o Conselho Municipal de Saúde, nos termos da alínea c) do nº1 do art. 9º do Decreto-Lei nº 23/2019, de 30.01.

**O Senhor Presidente da Assembleia** informou que foi apresentada à Mesa uma proposta do Grupo Municipal do PSD, propondo o Presidente da Junta de Freguesia de Mondim da Beira, Rufino Marcelo Queirós, a qual foi denominada de Lista A.

Não tendo sido apresentadas outras propostas, procedeu-se à votação por escrutínio secreto da mencionada proposta, tendo sido obtida a seguinte votação: doze votos a favor, dois votos contra, dois votos em branco e um voto nulo.

Foi assim eleito por maioria o Presidente da Junta de Freguesia de Mondim da Beira, Rufino Marcelo Queirós, para integrar o Conselho Municipal de Saúde.



Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

**PONTO 9. DECLARAÇÕES EMITIDAS AO ABRIGO DO N° 1 DO ART. 15° DA LEI N° 8/2012, DE 21.02**

Presentes as seguintes declarações emitidas ao abrigo do n° 1 do art. 15° da Lei n° 8/2012, de 21.02, das quais foi tomado conhecimento em reunião da Câmara Municipal de vinte e três de janeiro findo, e que foram remetidas com a devida antecedência a todos os membros, as quais a seguir se transcrevem:

**"a) DECLARAÇÃO**

Para efeitos do disposto na alínea a) do n°1 do artigo 15° da Lei n° 8/2012, 21.02, alterada e republicada pela Lei n° 22/2015, de 17.03, declara-se que todos os compromissos plurianuais existentes a **31 de dezembro de 2019** se encontram devidamente registados na base de dados central de encargos plurianuais (aplicação informática do POCAL).

Envie-se à assembleia municipal e à câmara municipal e publicite-se no sítio da Internet do Município, juntando-se depois aos documentos de prestação de contas de **2019**.

Paços do Município, 21 de janeiro de 2019

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

**"b)DECLARAÇÃO**

Para efeitos do disposto na alínea b) do n°1 do artigo 15° da Lei n° 8/2012, 21.02, alterada e republicada pela Lei n° 22/2015, de 17.03, declara-se que todos os recebimentos em atraso (a mais de 90 dias) existentes a **31 de dezembro de 2019** são os identificados no Anexo à presente declaração, que contém 1 página, perfazendo o montante total de **€ 25 153,92**.

Envie-se à assembleia municipal e à câmara municipal e publicite-se no sítio da Internet do Município, juntando-se também aos documentos de prestação de contas de **2019**, dos quais fazem parte integrante.

Paços do Município, 21 de janeiro de 2020

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

**"c) DECLARAÇÃO**

Para efeitos do disposto na alínea b) do n°1 do artigo 15° da Lei n° 8/2012, 21.02, alterada e republicada pela Lei n° 22/2015, de 17.03, declara-se que todos os pagamentos em atraso existentes a **31 de dezembro de 2019** são os identificados no Anexo à presente declaração, que contém 32 páginas, perfazendo o montante total de **€ 1.038.255,13**.

Envie-se à assembleia municipal e à câmara municipal e publicite-se no sítio da Internet do Município, juntando-se também aos documentos de prestação de contas de 2019, dos quais fazem parte integrante.

Paços do Município, 21 de janeiro de 2020.





2020.02.14

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

O Presidente da Câmara,  
a) Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar o assunto.

**O Senhor Presidente da Câmara** explicou que as presentes declarações decorrem do cumprimento da lei.

**Interveio o membro José António Amaro Nunes** tendo dito que, no que se refere à declaração dos pagamentos em atraso, o preocupou ver a falta de pagamento, por exemplo, às empresas da Luságua e da Pirotecnia desde 2018, e às gasoleiras desde 2019, tendo perguntado qual a razão para isso acontecer.

**O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo** explicou que em relação à dívida às gasoleiras locais, se trata de pequenos gastos, contudo, a realidade é que os recursos do Município são limitados.

Quanto à dívida à Luságua, disse que têm um acordo, o qual estão a cumprir, tal como têm acordos com as Águas do Norte e com a EDP, que são os que pesam mais na dívida. A propósito, informou que na ficha do Município, em trinta de setembro de dois mil e treze, constava o montante de pagamentos em atraso aos fornecedores de dois milhões e quatrocentos mil euros e que atualmente consta apenas o montante de um milhão e trinta e oito mil, o que resulta numa diminuição de sessenta por cento da dívida, com o que julga que se devem congratular. Não tendo havido outras intervenções, foi tomado conhecimento das presentes declarações.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

**PONTO 10. APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO RESPEITANTE AOS COMPROMISSOS COM ENCARGOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS NO PERÍODO DE 27/11/2019 A 07/02/2020**

Presente a informação aprovada em reunião da Câmara Municipal de dez de fevereiro corrente, respeitante aos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização genérica concedida por deliberação da Assembleia Municipal datada de 10.12.2018, aquando da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2019, reportada ao período de 27/11/2019 a 07/02/2020, a qual foi enviada antecipadamente a todos os membros para apreciação.

Não houve intervenções.

Foi apreciada e tomado conhecimento da presente informação. Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

**PONTO 11 - APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, DA RESPECTIVA SITUAÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS DA PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NAS EMPRESAS LOCAIS E EM QUALQUER OUTRAS ENTIDADES**



Presente a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, da respetiva situação financeira e dos resultados da participação do Município nas empresas locais e em quaisquer outras entidades (alíneas b) e c) do n° 2 art. 25° da Lei n° 75/2013, de 12.09).

Intervieram os seguintes membros:

- **Manuel do Carmo Ferreira** - Agradeceu à Câmara Municipal pelo apoio dado para o arranjo dos caminhos na freguesia de Várzea da Serra, designadamente, pela cedência da máquina e do respetivo motorista, a quem também agradeceu pelo seu empenhamento no trabalho.

Solicitou a colocação de duas passadeiras junto à sede da Junta de Freguesia e o alcatroamento da Rua da Costa.

- **José António Amaro Nunes** - Dirigiu-se ao novo membro, António Luís Brazete Carmo Santos, tendo-lhe dito que tem aqui uma grande responsabilidade, porque está a substituir uma pessoa que teve um papel importante neste órgão, mas que acredita que vai desempenhar bem a sua função. Disse ainda que poderá sempre contar com ele e com o seu grupo para o que precisar, desejando-lhe muitas felicidades.

- **Rui Fernando Guedes Raimundo** - Agradeceu o apoio da Câmara Municipal ao início da construção do Centro Cívico em Dalvares, cujo terreno foi adquirido pela União de Freguesias de Tarouca e Dalvares e que será muito útil para a realização das festas daquela localidade.

Terminadas as intervenções o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para prestar os esclarecimentos necessários.

**O Senhor Presidente da Câmara** agradeceu as palavras do membro Manuel do Carmo Ferreira, tendo-lhe dito que as passadeiras e o alcatroamento solicitados serão executados logo que as condições atmosféricas o permitam.

Ao membro Rui Fernando Guedes Raimundo disse que registou com agrado as suas palavras.

Foi tomado conhecimento da presente informação.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a reunião pelas dezanove horas e cinquenta minutos, da qual se lavrou a presente ata, que depois de aprovada vai ser assinada nos termos legais.

E eu, *Ana Maria Gomes Borges*, Técnica Superior, designada para secretariar a reunião, a redigi e subscrevi.  
O Presidente da Assembleia Municipal,